

Nº 530

ELSA FIGUEIREDO

REG 2010/07/0102



FITA DO TEMPO
Ver pág. 25

CORREIO do



**MINAS
EXPLORAÇÃO
DO MINÉRIO
E DO MINEIRO**

CONSERVAS DE PEIXE

pratos mais gostosos
e variados

PUDIM DE ARROZ COM ATUM DE CONSERVA

Arroz - 1 chávena
Atum - 1 lata
Cebola - 1
Ovos - 2
Maionaise: Ovo - 1
Azeite - 2,5 dl.

Coze-se o arroz em água com a cebola inteira e sal q. b. Um pouco antes de o arroz estar completamente cozido escorre-se e deita-se a metade num prato de ir ao forno, recheia-se com atum picado, os ovos cozidos cortados em bocadinhos e cobre-se com o resto do arroz. Vai ao forno a alourar numa forma untada com manteiga. Deforma-se para um prato, deixa-se arrefecer, cobre-se com maionaise feita com o ovo e o azeite e enfeita-se com azeitonas e salada de alface.

CAVALA DE CONSERVA COM OVOS

Filetes de cavala - 2 latas
Cebola - 1
Ovos - 6
Margarina - 1 colher de sopa
Salsa e pimenta

Escorre-se a cavala durante 20 minutos num passador. Desfaz-se de maneira a ficar em falhinhas. Numa tijela põe-se a cebola picada miudinha e salsa e pimenta. Batem-se à parte os ovos junta-se-lhe a cavala e deita-se em cima da cebola, mexe-se e leva-se ao lume numa frigideira com a margarina. Serve-se com azeitonas e alface.

(Esta receita pode fazer-se igualmente com atum).

ARROZ DE ANCHOVAS

Arroz - 1 chávena
Filetes de anchova - 2 latas
Cebola - 1
Tomate - 1
Pimento - 1

Faz-se um refogado bastante apurado, deita-se-lhe tomate e pimento e água suficiente para cozer o arroz. Quando ferver deita-se-lhe o arroz e deixa-se cozer em lume brando. Antes de secar deita-se-lhe os filetes de anchovas e deixa-se apurar.

Experimente uma esta semana

Propriedade

Ministério da Comunicação Social

Redacção e administração

Palácio Foz
Praça dos Restauradores — Lisboa 2

Chefe de redacção

António Tavares-Teles

Redacção

Francisco Teixeira da Mota
António Baptista da Silva
João César B. de Sousa
Luís Filipe Neves

Colaboração

Diamantino Trindade
Filipe Rocha da Silva
Vitorino

Reportagem fotográfica

Eurico Chalhert
Alberto Gouveia
António Costa Mota

Paginação

Luís Osório

Pesquisa

Ethel Silva

Secretária

Maria de Fátima Santos

Composição e impressão

Anuário Comercial de Portugal

SUMÁRIO

- 1 — Correio do Povo
- 9 — Reportagem
- 17 — Informação
- 25 — Última hora
- 27 — Poesia
- 28 — Cultura
- 30 — História
- 31 — Poder Popular



DESTACÁVEL: *Soba de Mafómedes*, um conto de João Araújo Correia, ilustrado por Luís Osório

CAPA: *Trabalho na mina*, foto de Alberto Gouveia

CONTRA-CAPA: *A morte de um camponês*, um poema de João Cabral de Melo Neto

Tiragem

40 000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Ao encontro da maioria do povo desta abandonada terra

Como leitor de *O Correio do Povo*, venho através desta minha carta, expressar o meu desejo de que a mesma seja publicada, na certeza de que os meus anseios vão de encontro à vontade da maioria do povo desta abandonada terra.

Aproveito também para pedir a V. Ex.^a que mensalmente me sejam enviados alguns exemplares da vossa revista, a que eu darei a necessária divulgação.

Embora eu tenha conhecimento de que a Comissão Administrativa desta Junta de Freguesia, nomeadamente o seu presidente, recebe mensalmente alguns exemplares desta revista, a sua divulgação não tem sido feita junto do povo, como se impõe.

Num momento político em que as Forças reaccionárias se reagrupam assustadoramente tentando a todo o custo travar o processo revolucionário que actualmente se vive em Portugal, tentando roubar ao povo as conquistas por ele alcançadas após o 25 de Abril de 1974, não posso deixar de afirmar publicamente o meu desagrado pelo que se passa na freguesia em que nasci e hábito.

Após 18 meses de Revolução verifico amargamente, que nada tem sido feito na freguesia de Verim do concelho de Póvoa de Lanhoso, para arrancar do obscurantismo a que foi votado pelo regime fascista este generoso povo trabalhador.

Desde o 25 de Abril de 1974, que se tem desenvolvido campanhas de dinamização cultural, nomeadamente no Nordeste Transmontano, levadas a cabo pelas Forças Armadas.

Porque não se intensificam essas campanhas, tornando-as extensivas a todo o País, nomeadamente a esta região minhota?

Temos de ser realistas e não podemos ter dúvidas de que esta região minhota é altamente despolitizada, continuando as suas gentes votadas ao abandono e a ser manipuladas por caciques e reaccionários locais, fazendo valer as suas ideias terroristas.

É fácil às forças reaccionárias operar no seio de massas despolitizadas, lançando boatos, denegrindo a revolução e criando no seio das mesmas o ódio contra partidos políticos verdadeiramente progressistas.

Não tenho dúvidas ao afirmar que o povo desta região, devido ao seu baixo nível cultural, ao isolamento em que vive e à pressão de forças reaccionárias a que ainda está subjugado, não acompanha o processo revolucionário que se

está vivendo, sendo necessidade urgente pôr em marcha campanhas de esclarecimento político que levem até este povo os verdadeiros ideais da revolução portuguesa iniciada em 25 de Abril de 1974, sob pena de que a mesma se perca.

Não se compreende que sendo a doutrina de Cristo e o seu livro precursor, o Evangelho, verdadeiramente revolucionários, toda ela se baseando na igualdade e justiça social, seja o clero, que se dizem ser ministros de Cristo na terra, o maior entrave à revolução e um dos principais, senão o principal, suporte da reacção.

A Igreja que durante 48 anos de ditadura em Portugal, sempre apoiou incondicionalmente tal regime, ignorando por completo o obscurantismo e a miséria para que o povo português era lançado, continua hoje ao lado da burguesia, quando deveria estar ao lado dos explorados e oprimidos deste país, esquecendo-se que as linhas gerais da doutrina pregada por Cristo são: Justiça Social e fim da exploração do homem pelo homem.

Durante a campanha eleitoral o pároco desta freguesia, servindo-se das homilias das missas dominicais, não poupou certos partidos políticos progressistas a críticas apelidando-os de anarquistas, afirmando que os seus objectivos era a destruição da Igreja e da Religião Católica, esquecendo-se que tais partidos lutam por uma sociedade mais justa, onde não hajam explorados nem exploradores, que é afinal o princípio base da doutrina cristã.

Há dias um senhor padre que veio a esta freguesia para proferir algumas homilias durante actos religiosos aqui realizados, serviu-se das mesmas para criticar abertamente alguns países de regime «Socialista», esquecendo-se novamente que tais regimes são aqueles que mais se aproximam da igualdade pregada por Cristo.

A dado momento da sua homília o Sr. Padre proferiu a seguinte frase: «Todo o mundo se insurgiu contra as cinco condenações à morte recentemente efectuadas em Espanha, porque mataram outras pessoas, mas ninguém se insurgiu contra o governo português que reduziu à miséria milhares de portugueses que se encontravam nas nossas ex-colónias, agora até Angola já não é nossa».

Perante tal frase o Sr. Padre parece desconhecer dois pontos fundamentais:

1 — Os cinco condenados à morte eram verdadeiros Patriotas que lutavam

pela sua liberdade e pela liberdade do Povo Espanhol. Não será esta uma causa justa?

2 — As colónias nunca foram nossas. Os povos africanos durante 13 anos de guerras coloniais lutaram por uma causa justa. Haverá alguma causa mais justa no mundo, do que lutar pela sua liberdade e independência da sua Pátria?

3 — Os Retornados, tal como nós são vítimas de um regime fascista colonial e não do regime português actual como o Sr. Padre afirma.

Salvo raras excepções, nunca o clero em Portugal, durante 13 anos de guerras coloniais, se insurgiu contra um regime fascista que assassinou vinte e oito mil filhos do povo português e africano e que deixou em Portugal trinta mil mutilados, apenas para defen-

O único fontanário existente, construído durante o regime fascista, encontra-se em estado calamitoso, sendo os materiais usados na sua construção de fraca qualidade.

Como resultado de tudo isto são as constantes falhas de água, provenientes de fraca qualidade da canalização plástica, que com facilidade rebenta. Além disso a água que o abastece nem sempre serve os interesses do povo que a utiliza, mas sim de dois ou três privilegiados.

É necessidade prioritária a construção de uma escola primária, pois não dispomos de nenhuma. As crianças têm de se deslocar a uma freguesia vizinha para frequentarem as aulas, percorrendo para isso uma distância de dois quilómetros, quantas vezes expostas ao frio e à chuva, faltando com frequência

Será que a nossa existência como seres humanos não é conhecida à superfície da Terra?

As estradas, caminhos e transportes públicos, são outros tantos problemas que afligem esta martirizada terra.

Quer a estrada principal que dá acesso a esta freguesia, quer ainda os caminhos, encontram-se em estado deplorável.

Os transportes públicos são inexistentes.

Durante o regime fascista as empresas de transportes públicos eram propriedade de particulares, sendo somente colocados transportes públicos em zonas em que a entidade patronal tinha a garantia antecipada, de que através deles obteria chorudos lucros.

Será que agora que estas foram nacionalizadas e dizem estar ao serviço do povo, ainda se sobrepõem os interesses lucrativos aos verdadeiros interesses do mesmo povo?

Depois de tantos anos à luz da candeia, finalmente está em marcha a electrificação desta freguesia.

É de lamentar que a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, porque afirma não ter dinheiro, resolveu que fosse este pobre povo a pagar a quota que a ela lhe pertencia pagar, proferindo ameaças de que se não pagassem não teriam luz.

Porque o povo vive no obscurantismo e ainda está subjugado a interesses de uma minoria privilegiada, tal apelo seguido de ameaça, à velha maneira fascista, teve pleno êxito.

Perante o meu espanto e revolta reuniu a Comissão Administrativa desta Junta de freguesia, elaborando uma lista de fogos existentes, lançando-lhe uma quota a pagar, consoante as possibilidades económicas de cada chefe de família.

Qual o motivo que levou a Comissão Administrativa desta Junta de Freguesia a colaborar com o apelo fascista?

Porque não procurou agir democraticamente, esclarecendo o povo e chamando-o à realidade?

Em que princípios democráticos se baseou para tomar tal medida?

Para onde vão os impostos que anualmente nos são lançados pela Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso?

Como podemos considerar a electrificação desta freguesia um benefício do 25 de Abril de 1974, se o dinheiro dado por nós, representa muito suor e dias de árduo trabalho de sol a sol?

Termino esta minha carta com um apelo.

Gostaria que alguém de «O Correio do Povo» viesse até nós escutando os nossos verdadeiros anseios e os problemas mais graves que nos afligem de momento, já que é um órgão do povo e para o povo.

Gostaria também de deixar bem claro que sou um antifascista, progressista, sem ideologia partidária, que luto por uma sociedade mais justa onde não



As campanhas de dinamização promovidas pelo MFA junto das gentes abandonadas deste país, tentaram combater o boato, combater os caciques locais e levar o esclarecimento. Quantas vezes as palavras bem intencionadas dos militares, ficaram apenas como palavras, já que as obras não chegaram a aparecer ou não tiveram continuidade. Os boatos permaneceram e os caciques também. E quem continua a sofrer são as gentes abandonadas deste país...

der os interesses de um punhado de capitalistas que à sombra do mesmo detinham o poder em África, e não para defender os interesses da Pátria como afirmava.

Porque não tomou posição a Igreja, através do clero, criticando tal regime?

Será que tal regime era justo e se enquadrava na doutrina de Cristo? Penso bem que não!

Quanto a melhoramentos públicos nada nos deu o 25 de Abril de 1974.

Apesar de já há vários anos estar projectada uma rede de fontanários para distribuição de água à população, a mesma ficou-se somente pela construção de um único fontanário, continuando as restantes pessoas a abastecer-se de águas de poços que não possuindo o mínimo de condições de higiene, põem em perigo a saúde pública.

às aulas durante o Inverno, não reunindo a existente o mínimo de condições, quer de conforto, quer de trabalho, quer até de higiene.

Como é possível obter-se o rendimento desejado perante tais condicionamentos?

Será que uma freguesia com cerca de 200 fogos não tem direito a uma escola primária?

A rádio é o único meio de informação ao nosso alcance, sendo as suas notícias facilmente deturpadas, devido ao baixo nível cultural deste povo.

Como se compreende que para comprarmos um jornal, tenhamos de percorrer dois quilómetros a pé?

Será que assim se está a contribuir para arrancar do obscurantismo o povo das aldeias?

haja lugar a explorados nem exploradores, rumo à sociedade sem classes.

Manuel Faria
Verim

PORQUE RAZÃO?

Vivo numa aldeia que tem aproximadamente mil e trezentos habitantes. Já foi sede de Concelho e Comarca. Hoje não é nada. Pergunto porque razão parte das ruas, desde a sua fundação até hoje nunca viram uma pedra, continuando assim cheias de lamaceiro?

Porque razão esta aldeia, com vinte e tal anos, tem ainda ruas por electrificar?

Porque razão esta aldeia tem apenas uma fraca estrada para entrada e saída e ainda em mau estado?

Porque razão tem esta aldeia apenas duas salas de Escola, havendo necessidade dos professores se desdobrarem?

Belmiro Pais Tavares
Aguieira, Canas de Senhorim
Beira Alta

As razões porque as ruas são lamaceiros, a electricidade não existe, a estrada é fraca e as salas de aula são só duas em Aguieira, são as mesmas que fizeram com que haja milhares de aldeias em Portugal nessas condições.

Os dinheiros do povo foram utilizados nas guerras, no enriquecimento de alguns, e por vezes no desenvolvimento dos centros urbanos. O interior do País sempre foi esquecido. Porquê? Essa era (é) a lógica de um regime fascista, do sistema económico capitalista.

Numa sociedade socialista a justiça prevalecerá e os dinheiros do povo serão utilizados em benefício do povo. Até lá há que lutar e para isso deve o povo organizar-se e reivindicar aquilo a que tem direito.

A compreensão pelo povo das razões das suas carências abre-lhe o caminho da Revolução. Para modificar a situação em Aguieira terá o povo de criar o seu poder organizando-se, procurando em seguida descobrir as maneiras mais correctas de impor os seus direitos.

FALTA DE HIGIENE E DE CONHECIMENTOS POLÍTICOS

Moro numa aldeia bastante pitoresca, cujo nome é Vila Nova de Oliveirinha, mas dá-se o caso enquanto o País luta contra todas as doenças principalmente a cólera, aqui isso não acontece pois há aqui um morador que tem a fossa a verter para a rua causando muito mau cheiro principalmente de Verão.

Este assunto devia ser tratado pois

imensas pessoas passam nessa rua para ir à padaria buscar o pão. Era necessário que aqui viesse um subdelegado de saúde para tratar do caso.

Pois também precisávamos aqui de uma sessão de esclarecimento, pois as pessoas nada sabem de política. É necessário e urgente que isso aconteça pois as pessoas precisam de terem conhecimentos básicos sobre política. É pois o meu desejo de pôr todas as pessoas esclarecidas, é urgente mesmo que isso aconteça.

António Fernando
Vila Nova de Oliveirinha

As «imensas pessoas» que passam pela fossa para ir à padaria devem defender o seu direito à higiene e saúde.

Os meios podem ser vários: um grupo deslocar-se à Subdelegação da Direcção-Geral de Saúde e exigir a presença do subdelegado ou alguém que o substitua para tomar conhecimento do caso e dar uma solução, ou então as pessoas reunirem-se e exigirem do morador as obras que forem necessárias. De qualquer forma, as pessoas prejudicadas devem-se reunir e procurar a solução mais correcta.

Quanto à sessão de esclarecimento, elas acabaram quando foi suspensa a 5.ª Divisão das Forças Armadas.

BAIÃO: CARÊNCIAS E DEMASIAS

Aproveito para vos falar um pouco deste Baião ainda feudal. Concelho que dista da cidade do Porto, cerca de 80 km, é «rico» em carências. Água, estradas e energia eléctrica quase se desconhecem. É evidente que isto não se passa em todas as freguesias ou lugares do concelho, mas no conjunto são mais as freguesias e os lugares que não têm, dos que têm. Geralmente, acontece, que onde há menos falta dos 3 elementos citados é nas redondezas das casas, ou quintas, dos antigos presidentes da câmara, o habitual é claro.

Mas em Baião não há só carências, há também alguma coisa em demasia: Caciques e clero reaccionário, por exemplo. Desde senhores do ELP a ex-legionários e pides, passando pelos reaccionários, que mesmo sem qualquer ligação com bandos fascistas, não o deixam de ser, é uma fartura!

O povo de Baião, como quase todo o povo do Norte, infelizmente, ainda é vítima de todos esses sugadores. A boina e chapéu ainda lhes é tirada quando com eles se cruza. E estes cientes do seu poder de domínio, envenenam a gente humilde destas terras, com calúnias, com mentiras, e demagogia. A exploração material e moral, continua.

E se há alguém que tenta tirar da miséria ou pelo menos consciencializar este povo de Baião, esse alguém é excomungado publicamente, é ameaçado, é perseguido. A sua casa é cercada e pende a ameaça de fogo posto.

Paredes de Cima — Santa Cruz do Douro — Baião

HISTÓRIA

Venho fazer um reparo ao artigo sobre «História» inserto na pág. 24 do *Correio do Povo*. O autor afirma que «o movimento restaurador» de 1640 fora feito «sem a concorrência do povo que fora dele propositadamente afastado. Quero crer que se trata de um «lapsus calami», uma inadvertência como outra qualquer. Mas o que se sabe ao certo é que o povo, sobretudo de Lisboa, não podia ser então nem visto nem achado em tal movimento, pois que a cidade abundava em espíões a soldo dos esbirros espanhóis que tudo denunciavam ao governo respectivo. Sabe-se também como os espíões vigiavam de perto quantos lhes eram mais suspeitos, chegando mesmo essa actividade até Vila Viçosa, solar dos Duques de Bragança, tendo de D. João astutamente de iludir essa vigilância organizando festas e promovendo caçadas por terras de Espanha afim de se não tornar suspeito.

Não há dúvida que não era fácil nem cómodo levantar, assim, repentinamente, o povo para uma façanha tão arriscada, pois que de uma façanha se trata. Sobretudo isto era melindroso e difícil, senão melindroso, prova-o o Movimento do 25 de Abril, a que o povo aderiu, tal como em Lisboa, na manhã gloriosa do 1.º de Dezembro de 1640. A situação do exército era nesse tempo, muito diferente, como se sabe, do nosso actual, pelo que se não podia exigir dele o que ele não podia efectuar. Os movimentos revolucionários fazem-se sempre dentro do condicionamento socio-político de cada época. O de 1640 foi aquele porque, nesse dia e nesse ano não podia ser outro, como diria o sr. de La Palisse. Mas logo que os sinos da capital tocaram a rebate, o povo saiu para a rua, em direcção ao Paço do Governo fantoche. Depois sucedeu o que já conhecemos.

Entendi dever lembrar isto para que o nosso bom povo não seja levado a engolir sardinha por galinha. Com todo o respeito e amizade democrática.

Pe. Artur Pires da Conceição

Agradeço-lhe o seu reparo em relação ao meu artigo de História onde afirmo que «o movimento restaurador da independência no dia 1.º de Dezembro foi levado a cabo sem a concorrência do povo que fora dele propositadamente

afastado». Classifica esta frase de «lapsus calami». Pois sobre este assunto remeto o nosso reverendo padre para a leitura do Dicionário de História de Portugal, vol. III (poderia citar outros livros, mas este parece-me suficiente) onde na página 620, 1.ª coluna, se pode ler: «Em 1 de Dezembro de 1640, pois, uma organização conspirativa de nobres e letrados, que sabe poder contar com a adesão popular, mas não recorre ao povo para realizar os seus intentos, por um golpe de palácio...» Na página 621 pode ler-se: «A Restauração é uma realização nobiliárquica... e nobiliárquica depois da repressão dos motins populares e a fim de evitar que novas amotinacões não degenerem em revolução. E, para acabar, na página 622 pode ler-se: «O povo está ausente em 1 de Dezembro de 1640.» Etc.

Como é que o nosso reverendo nunca se lembrou de contestar estas afirmações?

A carta do nosso reverendo padre nada adianta porque quando parecia que nos ia provar por um mais dois que o povo tomara parte nos acontecimentos de 1 de Dezembro, afirma que «o povo, sobretudo o de Lisboa, não podia ser então nem visto nem achado...», etc.

Há com certeza aqui uma confusão, o tal «lapsus» não sei quantos.

É que a Revolução tem antecedentes em cujos acontecimentos o povo tem uma importância fundamental (leia-se o nosso artigo publicado no n.º 8 do Correio do Povo). Tão importante é essa acção que leva as classes dominantes portuguesas a temer a instituição de um poder popular.

Agora sim. A nobreza tem que decidir. Por isso ela aparece como autora desse movimento. Mas as coisas são combinadas e executadas sem o conhecimento popular. É que a revolta de 1637 deixara a nobreza amedrontada. E não merece a pena dizer porquê. Depois sim. O povo combate contra um domínio que o tinha oprimido. Mas não só. Algumas vezes o povo enfrentou mesmo os opressores nacionais. Mas isto sabe com certeza o nosso reverendo padre.

Afirma ainda na sua carta que os movimentos revolucionários fazem-se dentro do condicionalismo socio-político de cada época».

Estamos absolutamente de acordo, reverendo padre! Mas não só. Porém isso seria caso para uma conversa mais ampla.

O que não posso estar de acordo consigo é quando estabelece um paralelo de duas revoluções que são impossíveis de comparar seja a que nível nos coloquemos. É que o 1.º de Dezembro e o 25 de Abril são essencialmente diferentes. E o reverendo padre sabe que o são.

E vou acabar dizendo-lhe que estamos de acordo ainda sobre outro

ponto: também eu penso que não se deve enganar o povo. Realmente ele tem sido tão enganado...

Mas olhe que hoje a sardinha aburgueizou-se e já não entra tão facilmente como dantes na casa do pobre. A galinha pelo contrário, abastardou-se e agora os pobres recorrem a ela por ser um alimento mais barato para enganar o estômago.

Milagres das sociedades de consumo!

Agradeço sempre os reparos que o nosso reverendo padre nos queira fazer e à sua amizade democrática correspondemos com as nossas saudações revolucionárias.

Diamantino Trindade

FUNCIONALISMO E VIAGENS

Pedia-lhe que me informasse se há algum decreto-lei para nós funcionários do Estado, uma vez que tenhamos parentes no estrangeiro e quiséssemos ir visitá-los, se nos dão licença limitada? E por quanto tempo podemos estar ausentes do Serviço?

José Gomes Dutra
Porto Judeu
Terceira — Açores

Estão previstas, no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 42 800, de 11 de Janeiro de 1960, três alternativas para o caso que nos apresenta.

Licença por acumulação — dois meses de licença equivalente aos próximos dois anos — isto é apenas uma espécie de antecipação das férias destes dois anos. Licença sem vencimentos, que é concedida por três meses. E ainda a licença ilimitada, só permitindo voltar ao quadro um ano depois, e se houver alguma vaga.

A PIDE, A INQUISIÇÃO E ATÉ O FRANCO MORRERAM

O Correio do Povo classificou-se melhor no seu número de 30 de Setembro, apresentando-nos o retrato de 5 assassinos qualificados, apontados como heróis.

Não concordamos com condenações à morte, mas elas ainda existem em muitas nações e toda a gente as aceita. Neste caso, trata-se de cinco criminosos condenados pelo tribunal competente, como outros quaisquer. Porquê tanta balbúrdia, atribuindo ao Governo de Espanha o que era da competência do tribunal?

Sobre os milhares de assassinatos de inocentes, ordenados pelo Governo da Guiné ex-portuguesa nem uma palavra; sobre os muitos milhares de assassinatos de inocentes indefesos em Angola nem pio também. Onde está a isenção e a lógica?

Também teimam em apresentar gravuras mentirosas com frades e condenados a suplícios, sabendo vocês muito bem que o tribunal da inquisição (ou inquirição) só inquiria, e as sentenças sempre eram dadas e executadas pela autoridade civil.

Porque não apresentam gravuras de factos verdadeiros e horripilantes praticados hoje nas prisões comunistas?

Falando de 1640-1668, vocês dizem:

«Não mudou a forma de governo, não deixou de haver exploradores e explorados, pobres e ricos, não desapareceram as diferenciações de classes. Bem pelo contrário, agravaram-se.»

Tal qual como está a acontecer agora. Enquanto os vossos apaniguados recebem 8, 10, 15 e mais contos por mês e vocês os apelidam de trabalhadores explorados, os pobres lavradores proprietários têm de se contentar com mil e quinhentos escudos ou dois mil escudos mensais, trabalhando para isso dia e noite, e são por vós alcunhados de exploradores do povo.

Em que se resume tudo isto? Mentira, mentira, sempre mentira e só mentira. Soma e segue.

Um que ainda é português

Ainda bem que temos uma revista para responder-lhe. Seria impossível dar resposta por carta a um anónimo. De resto, face ao que nos escreve, os leitores do Correio do Povo responderão de si mesmos. Poderá, contudo, numa próxima vez, identificar-se: A Pide, a Inquisição e, agora, até o Franco, morreram. (Quanto aos pequenos lavradores de que nos fala, a Revolução sempre tem pugnado pela sua organização em Ligas de Pequenos e Médios Agricultores que defendam os seus mais do que justos direitos).

FORÇAS REACCIONÁRIAS CONTRA AVANÇO PARA O SOCIALISMO

Eu vivo numa aldeia transmontana chamada Fricira, que pertence ao concelho e distrito de Bragança, é uma aldeia que há muito tempo que sofre bastante devido ao regime fascista, nós habitantes antes do 25 de Abril não sabíamos sequer como era e como estava Portugal.

Várias queixas que nós temos feito e não éramos atendidos de maneira alguma. As nossas queixas que nós temos feito são as seguintes: — Precisamos de estrada, luz e água. Não éramos só nós, era esta freguesia toda que são três aldeias, mas eu somente falo desta que está pode-se dizer tão mal como as outras. Por os exemplos que eu lhes vou pôr sobre esta podem os senhores tirarem exemplos das outras.

No mês de Março de 75, o povo destas tristes aldeias reuniu-se e foi protestar contra o governador civil e o presidente da Câmara de Bragança pelas ruas da cidade, somente se ouvia: queremos, queremos, estrada, luz e água, e só desta maneira podemos conseguir só o rompimento do ramal de estrada que parte de um acesso que dista 1 km de distância desta povoação. Para esta povoação com respeito à estrada de Verão, a coisa estava menos mal, mas de inverno, a coisa não era assim, só através de um tractor ou a cavalo de um jumento se podia sair daqui, portanto já os senhores podem ficar com uma ideia como seria das outras povoações que distam deste acesso uma cerca de 2 km e outra de 9 km.

Com respeito à luz a coisa está por toda a freguesia. Há já cerca de 7 anos que o povo ele próprio depositou dinheiro para fazerem as centrais, pois por mais queixas que se façam não conseguimos ainda nada, como os senhores podem ver, isto também é um dos problemas muito importantes. Durante o Inverno como as ruas ainda estão como um caminho de campo, não se pode tirar um pé fora de casa, e não podemos estar em contacto com a Televisão, nem nada semelhante.

Com a água a coisa torna-se cada vez pior, mas neste caso eu vou-me só referir à Aldeia de Frieira. Há já também perto de 7 anos que vieram aqui uns homens. Só a enganarem-nos que a outra coisa não foi. O Povo mostrou-lhes os lugares onde iam buscar a água. Há somente duas fontes nesta terra, uma quando eu lhes falar dela até se vão rir. Foram ver uma fonte que fica num lugar chamado prado verde, aqui é um lugar que se a água fosse explorada dava água suficiente para duas povoações como esta.

Foi dado que há «aldrabões» disseram que iriam abastecer a povoação, mandaram abrir os rompimentos por duas propriedades abaixo, estiveram muito tempo abertos, e no final nada se fez, foram já aterrados pelos donos das propriedades porque lhes estavam a causar prejuízo e até hoje que estamos à espera.

Vou referir-me agora à outra fonte que eles viram e logo baptizaram, por fonte da burra, devido a estar metida ao pé de umas lojas, e uma destas era a de uma burra, aqui a água está sempre estagnada, não corre para fora da fonte, e isto dá origem à nascença de

vários micróbios, paramécias, etc. Nesta própria fonte quando chove todo o lixo que há nas ruas é arrastado pelas águas para dentro da fonte. Certo dia foi lá encontrado também um gato morto, há muito tempo na rua, outro certo dia eu próprio fui lá à água e encontrei lá uma toupeira a flutuar no cimo da água ainda viva.

É tudo isto, e desde já eu lhes peço que se puderem fazer qualquer coisa para nosso bem façam, para ver se conseguimos chegar ao final de sermos toda a vida enganados.

Inácio Augusto Carneiro
Frieira — Bragança

A situação em Frieira, e em tantas regiões do nosso país, é fruto de um regime capitalista-facista que deu «essas provas que relata apesar de ter tido quase cinquenta anos para impor-se. Estamos agora empenhados na construção do socialismo, de um poder do povo pelo povo e para o povo, que só ele poderá fazer avançar uma democracia popular verdadeira. Mas a construção do socialismo é lenta, e tanto mais lenta quanto a força dos seus inimigos é grande. E essa força ainda é muito grande, infelizmente para o povo de Frieira.

250\$00 POR MÊS, AUTORIDADES E LIBERDADE.

Certo dia, tive necessidade de utilizar o comboio que parte de Viana do Castelo às 17.40 h com destino ao Porto. Ia na companhia de pessoas amigas: quando me dirigi para a bilheteira, deparei com uma grande «bicha» que pretendiam bilhete; como poucos segundos faltavam para a partida do referido comboio, eu, e meus amigos, decidimos não tirar bilhete, para não perder o comboio, o que efectivamente fizemos. Logo à entrada da composição, estava o revisor, a quem nos dirigimos, e lhe contámos legalizasse a viagem, que por motivos alheios à nossa vontade, não tínhamos tirado bilhete: e logo o amigo que me acompanhava, puxou por uma nota de cem escudos para pagar os bilhetes, e... respectivas penalidades — O revisor sorriu de contente, dizendo-nos — Visto a vossa honestidade, compensação e respeito para quem cumpre um dever profissional; os Senhores (nós) dava alegria de trabalhar e viver, e para tal somente pagaríamos o bilhete, sem qualquer acréscimo, ou penalidade. O comboio levava muitos militares das mais diversas patentes: o revisor com ar sorridente disse-nos: — com passageiros como os senhores, (nós), dava alegria trabalhar, e fazia rejuvenescer!!! Mas com aqueles que ali vão (referia-se

aos militares) têm-me feito as piores afrontas, nem 5% me pagaram bilhete; quando me dirigi a eles, logo dizem — aí vem o fascista — vá passear — isto é nosso — vá p'rá caridade etc. Eu não me convenci, chegando mesmo a dizer que era inacreditável tal coisa, — mas o senhor revisor tinha razão, pois ao passar um soldado no corredor, e só para nos convencer da sua razão, perguntou-lhe pelo bilhete! A resposta do militar foi tal, que eu não me atrevo a declarar tal frase, mesmo ao diabo. Só quem ouviu a atitude insultuosa, indisciplinada... enfim! Só num clima de anarquismo, isto se poderá conceber.

Agora pergunto. — Será isto liberdade??? Será assim que vamos construir um Portugal novo e democrático!!!?

Desta maneira, caminhamos a passos gigantescos para o passado: e desta maneira, a chave que abriu a porta da liberdade, será a mesma chave que nos fechará, mas talvez pior.

Liberdade, sim

Libertinagem, não

Respeito pelas autoridades governantes, militares, ou civis, só assim poderemos colher os frutos da liberdade.

António Martins de Sá
Mujães — Viana do Castelo

Os frutos da liberdade não se colhem simplesmente pelo respeito das autoridades. Colhem-se do uso dessa mesma liberdade. Há que aceitar as autoridades quando elas sejam revolucionárias, pois só assim somos livres e impedimos que a porta da liberdade, de que nos fala, seja fechada.

Estiveram recentemente, no Ministério da Comunicação Social, os fuzileiros. Um deles falou-nos do seguinte modo: Dao-me 250\$00 por mês. Para ir visitar a minha família, no Minho, gasto 200\$00 no comboio. Isto, assim, não está certo».

Não sabemos quanto ganha o seu amigo, mas acreditamos que se ganhasse os 250\$00 por mês, talvez não fosse tão solícito a puxar da nota de 100\$00.

CONTRIBUIÇÃO PARA A CASA DO POVO

Eu sou motorista. Trabalho numa empresa na qual me são feitos todos os descontos, quer para a Caixa quer para o imposto profissional ou para o fundo de desemprego. Todos esses descontos andam à volta de 700\$ por mês. Agora passa-se o seguinte: eu recebi um aviso da Casa do Povo do Concelho de Cantanhede que diz «fica avisado o senhor sócio n.º 155 residente em Portunhos para durante o mês de No-

vembro vir pagar os meses de Janeiro de 74 a Outubro de 1975».

Não discriminam a importância a pagar, nem mensalmente nem na totalidade, e prossegue a carta «caso não pague será enviado ao tribunal de trabalho». Eu, assim que recebi o dito aviso, fui logo à Casa do Povo informar-me do que se estava a passar, por que razão me inscreveram como sócio contribuinte se eu não me tinha inscrito como sócio. A resposta foi a seguinte: «O senhor paga se quiser, se não quiser pagar aqui paga no tribunal».

Ora, sou possuidor de uns bocados de terras que até o ano passado pagava de dízima 108\$00. Essa dízima foi anulada pela Fazenda Pública pelo motivo de não abranger o rendimento colectável. Ora, eu deixei de pagar 108\$00 por ano à Fazenda Pública para ir pagar 156\$00 à dita Casa do Povo! É isto a protecção aos pobres? Quer dizer que os trabalhadores pobres andam a pagar para que os agricultores médios, por qualquer doença que tenham, encostem-se nesta casa. Os lavradores que vendem milho, azeite e outras coisas, quando estão doentes, dali recebem 30\$00 o homem e 20\$00 a mulher por dia, e eu sem ter regalias nenhuma quero me obrigar a pagar não sei quanto por mês. Mais uma vez pedia o favor de me informar se sou obrigado a pagar a respectiva importância ou o que devo fazer.

Lino Rodrigues Pessoa
Portunhos, Açã

Contactada a Junta Central das Casas do Povo, fomos informados que para efeitos de previdência social, todas as pessoas possuidoras de prédios agrícolas são imediatamente contribuintes para os Fundos da Previdência. A única isenção é no caso de o rendimento colectável ser inferior a mil escudos anuais.

O facto de a Casa do Povo do concelho de Cantanhede ser relativamente recente explicará o facto de não ter sido avisado, com antecedência, da sua qualidade de contribuinte.

BUROCRACIAS

Fui militar em Angola onde cumprí vinte meses de tropa regressando em 3/1/75. Passei à disponibilidade pouco tempo depois de ter regressado.

Durante o tempo de comissão em Angola consegui amealhar algum dinheiro do pré que recebia, pois sendo soldado Radiotelegrafista tinha 300\$00 de prémio de especialidade por mês e estando na mata não havia praticamente onde gastar o dinheiro. A cidade mais perto, Serpa Pinto, ficava a 130 km por picada.

No fim da comissão transferi algum

Jinheiro por intermédio da companhia, já regresssei há dez meses e até a presente data ainda não recebi dinheiro algum. Conheço rapazes que vieram há menos tempo que eu, fizeram transferências e já receberam.

Já escrevi para o Quartel de Chaves, que é onde pertencço, a perguntar onde me havia de dirigir para reclamar o dinheiro e de Chaves mandaram-me dirigir à Agência Militar que fica na Rua D. Estefânia, n.º 34, Lisboa 1.

Depois de ter escrito para este sítio diversas cartas, o pessoal que lá está nem sequer teve a atenção de me dar uma resposta. Já pensei em ir lá pessoalmente mas a viagem de comboio do Minho a Lisboa, ida e volta, ronda os 500\$00 e ainda tenho de comer, enfim fica-me dispendioso.

Pergunto eu, será por ter sido incorporado no tempo de Caetano e Tomás que eu ainda não recebi o dinheiro?

Adriano Barbosa Barreiro
Pardonele
Paredes de Coura — Minho

Deverá telefonar para a Agência Militar, em Lisboa (537011/2/3/4) indicando se deseja receber o seu dinheiro na Câmara Municipal de Paredes de Coura ou na própria Agência Militar. Caso o desejo receber em Lisboa, receberia o dinheiro oito dias após apresentar o pedido, para receber na Câmara só três meses depois. Se não puder deslocar-se a Lisboa poderá mandar alguém com uma procuração.

Não cremos que a época da sua incorporação tenha influído na demora. Tratar-se-á de mais uma deficiência burocrática.

ÅORES «OS MESMOS SENHORES FASCISTAS» OU QUANDO O PRÓPRIO ANONIMATO SE JUSTIFICA

Não é nossa intenção publicar cartas anónimas. No entanto esta carta que recebemos de um leitor dos Açores justifica que a publiquemos, apesar de não vir assinada. Nos Açores «os mesmos senhores fascistas» procuram manter o seu domínio sobre um povo explorado e pouco esclarecido, por vezes com a cumplicidade das autoridades, mas há quem esteja consciente. A FLA «Frente de Libertação dos Açores» é um dos meios através dos quais os «mesmos senhores fascistas dos Açores» atemorizam o povo açoriano.

A única resposta que podemos dar a este leitor é que se procure reunir com esses «alguns» de que nos fala, que se organizem e contactem progressistas de outras ilhas, que tentem esclarecer o povo mostrando-lhe a verdadeira face

dos exploradores e que nos vão dando notícias sempre que possível (de preferência assinadas).

As faltas que passamos, quem as vai resolver, uma vez que este povo das freguesias é o mais desfavorecido, e a freguesia a que pertencço, Santo Espírito é o mais desfavorecido penso eu?. E não o mintu. Uma vez que através do «Correio do Povo», que acho a revista mais esclarecedora e informal, porque infelizmente outras não nos chegam, vou pôr ao conhecimento do Ministério da Comunicação Social estas faltas que penso que podem ser resolvidas.

Primeiro a maior falta sendo a água nesta freguesia a que pertencço. Além do fontanário ser muito longe, água não tem, donde chegam as pessoas a estar horas, dias e noites para encher os cântaros, quando muitas delas esperam e vêm sem água. Mas há onde trazer água com abundância para este sítio Santo Espírito! Não há é quem se importe com este povo que vive miseravelmente nesta falta. Porque estes mesmos senhores responsáveis têm a que querem até em sítios donde só é preciso de Verão, para quando vêm do seu banho salgado poderem tomar doce. E nós às vezes quase nem para matar a sede.

Por vezes penso que este mesmo povo é culpado em não se manifestar contra. Mas um tão grande respeito, ó lá lá, medo donde muitas vezes esse desfavorecido ainda tira o chapéu, quando por esse senhor passa.

Outra coisa como pode ser possível os trabalhadores da companhia ou lá o que é do PPA de S. Miguel ganharem 150\$00, aqui em Santa Maria a mesma companhia paga 127\$00 e quando não se passam semanas e semanas que esse dinheiro não vem, dizendo aos trabalhadores que não há. Como também pode viver um trabalhador rural que ganha 80\$00 por dia e quando tem jornal para ganhar, sem mais qualquer regalias.

Falando mesmo de mim.

Estava empregado, me despedi porque ia cumprir serviço militar. Acontece que não fui incorporado ficando para Janeiro de 1976 como muitos outros, claro uma lista atrasado. Mas o que interessa é que recebi uma carta de Lisboa, para eu me dirigir ao Serviço Nacional de Emprego. Claro tinha escrito para Lisboa.

Aqui na ilha nada disso se consta, ainda hoje fui à câmara de Vila do Porto, onde me disseram que não tratavam de nada porque cá na ilha não estava nada criado. Só em S. Miguel.

Como será a minha posição em ver todas estas coisas. Não só eu como alguns, mas é claro temos que calar porque cá nos Açores ainda não chegou um verdadeiro 25 de Abril. Talvez mais a minha ilha Santa Maria que continua desprezada em relação a todas as outras.

Não culpo o Governo de Lisboa mas

estes tais senhores, que continuam a ser os mesmos senhores fascistas dos Açores. E sem mais vou terminar porque muita coisa teria a dizer, mas por hoje fica por aqui.

Esperando ser informado se todas estas coisas tão miseráveis podem ser aplicadas a este povo que não se manifesta com medo desses tais senhores.

Com os meus mais respeitosos cumprimentos finalizo, meu nome não o posso divulgar por medo talvez, ou não sei porquê.

*Ilha de Santa Maria
Açores*

RESPOSTA FAVORÁVEL? ORGANIZAÇÃO DO POVO!

Desde 25 de Abril que ando fazendo exposições para o Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez e para o Governo para que fosse feita uma estrada que devia partir da já construída para os lugares altos e mais afastados. Onde o povo vive escravizado devido à falta de transportes tendo de acarretar às costas tudo o que lhe é preciso, adubos, etc. Para se conseguir arranjar um tractor agrícola é difícil devido aos ruins caminhos e a ter de ser obrigado a fazer uma trajectória de mais de 25 km tendo sempre de passar no caminho ruim e intransitável e sujeito a desastres. Que já tem acontecido voltarem-se com o de baixo para cima, por isso precisa-se arranjar um tractor para carretos, é difícil e muito caro.

Em caso de doença então é muito pior os médicos que já conhecem os caminhos por nada querem vir é preciso pedir-lhes por muito favor e com muito jeito dizendo-lhe que o doente está muito mal em estado grave, o que é sempre verdade porque este povo destes lugares não vai ao médico com pouca doença. Acontece porém que quando o médico chega a vir já o doente está cheio de sofrer e muitas vezes é obrigado a ter de morrer sem assistência médica porque o povo é todo pobre e por isso não pode pagar dois contos só pela consulta e depois ainda os remédios. Tinha sobre isto muito mais a dizer, no entanto, fico por aqui para não abusar de maçar de mais.

Agora a pedido da comissão administrativa da Junta da nossa freguesia veio aqui à freguesia em engenheiro da Câmara Municipal para se fazer uma estrada mas pediu de 15 a 20 contos por km só para o projecto. Fazem falta 60 contos para três quilómetros de estrada o que é muito difícil de arranjar em virtude do povo ser muito pobre porque vive só do trabalho forçado do campo em pequenas propriedades. Sendo obrigados a comer muitas vezes umas couves mal adubadas ou uma

cebola com pão para não se empenhar e depois ter de vender o pouco que tem. Pergunto eu não será possível fazer-se a estrada sem projecto? Ou pelo menos ser mais barato? Não seria possível o Estado ou a Câmara arranjar uma máquina Caterpillar? E o povo trabalhar de graça visto ser pobre e não ser fácil arranjar tanto dinheiro? Só assim seria possível fazer-se esta obra que tanta falta faz, mais depressa. E onde tudo trabalha com vontade tenho mesmo a certeza que o povo sacrificado destes lugares altos ia trabalhar a valer e assim ficava para ver se esta obra será construída o mais breve possível. O que desde já reconhecida-mente agradeço

*João Manuel Barros
Távora S. vicente
Arcos de Valdevez*

Parece-nos que primeiro que tudo é necessário saber se os 60 contos são para o engenheiro ou para a Câmara. E se o engenheiro é da Câmara terá direito aos 60 contos? E se o dinheiro é para a Câmara será de facto necessário?

Pode-se avançar sem projecto? Só o povo de Távora de S. Vicente o pode decidir, conjuntamente com a sua Junta de Freguesia. Para arranjar a máquina Caterpillar seja do Estado, Câmara ou do Exército, é necessário que o povo se organize. E se o povo está disposto a trabalhar de graça, também deve estar disposto a organizar-se, criando um grupo que trabalhe com a Junta e promova as iniciativas e as deslocações necessárias. (Câmara, aquartelamento de engenharia mais próximo ou Direcção de Arma de Engenharia em Lisboa). Para a resolução dos problemas de saúde, também, só o povo organizado poderá fazer valer os seus direitos.

A resposta não sabemos se a considera favorável, como estava esperançado. É necessário que o povo se organize em volta dos seus problemas concretos, exija das autoridades competentes as medidas consideradas correctas e, sobretudo, que tome consciência de que ao organizar-se está a criar um novo poder que o levará à satisfação dos seus direitos.

MOVIMENTO — BOLETIM DAS FORÇAS ARMADAS

Agradecia que me fosse enviado pelo correio gratuitamente a revista: Movimento — Boletim das Forças Armadas

*José da Costa Reis Serôdio
Sold. G.N.R. — Posto da G.N.R.
Alverca do Ribatejo*

A publicação do BOLETIM parou aquando da suspensão da 5.ª Divisão das Forças Armadas. Quanto a números atrasados deverá dirigir-se à CODICE, Av. Castilho 50, Lisboa. Entretanto, fica inscrito na lista de distribuição do Correio do Povo.

O POVO DEVE TOMAR PROVIDÊNCIAS

Vivo em uma povoação que pertence à freguesia de Sobreira Formosa, concelho de Proença-a-Nova. Ficamos a uma distância de 12 quilómetros da sede da Freguesia. Quando morre qualquer pessoa os cadáveres são transportados nos ombros dos homens até ao cemitério na sede da referida freguesia. Ora isto é de facto escandaloso, e como toda a gente bem pode calcular, às vezes debaixo de chuva, este trajeto demora três horas ou mais.

Também esta povoação é atravessada pelos cabos de alta tensão que vai dar luz a diversas povoações desta freguesia e nós continuamos sempre às escuras. Pedimos providência a quem possa dar.

*Jerónimo Zargaleiro
Sobral Fernando*

Proença-a-Nova

Os cabos de alta tensão passam por aí. Qual a companhia distribuidora de electricidade? Já se dirigiu o povo de Sobral Fernando à Companhia para saber razões e fazer exigências? Já se lutou pela autorização da existência de um cemitério em Sobral Fernando?

A providência, que pede, terá de partir do povo de Sobral Fernando.

A CÂMARA PODE DECIDIR SEM NADA VER?

Tenho uma casa situada em Odeleite, concelho de Castro Marim, e resolvi fazer nela umas reparações. A casa tem um quarto interior que necessita duma janela para ter luz e ar. Abri a janela que deita para uma passagem de um vizinho e a referida janela fica a mais de 2,80 m de altura da passagem. O vizinho foi-se queixar às autoridades da Câmara as quais sem nada verem mandaram-me fechar a janela.

Ao vizinho nada o prejudicava. É apenas uma razão de capricho e de ser mal intencionado. Todos me dizem que tenho direito a abrir a janela. Espero que o «Correio do Povo» me esclareça sobre o meu caso.

*Manuel Gomes Marcos
Odeleite*

Todos lhe dizem ter direito a abrir a janela. As autoridades da Câmara fecharam-lha. Quem foram as autoridades que decidiram tal medida? Quais as razões que apresentaram para proceder desta maneira? Não há possibilidades de reclamar?

Se de facto, foi só por capricho e por estar mal intencionado que o vizinho protestou, a lei não o pode defender.

DO ESTADO BURGUEZ AO PODER POPULAR

Sou um jovem estudante residente em Estevães, freguesia de Mata-Mourisca e concelho de Pombal.

Sou um estudante que para conseguir algum estudo tenho que fazer um percurso de onze quilómetros de bicicleta todos os dias no tempo de aulas. Percurso que faço em estrada que no Inverno está em péssimas condições, pois com a água das chuvas forma um autêntico lameiro.

Estrada esta que teve que ser construída pelo esforço dos habitantes da aldeia dos Estevães. Habitantes estes que têm sido autênticos revolucionários antes e depois do 25 de Abril. Se não fôssem estes verdadeiros revolucionários homens e mulheres estrada alguma se tinha conseguido, estrada?! Não podemos chamar assim: «Caminho para carros de bois» este o termo mais próprio.

O tempo foi passando sem nada de melhor se ter conseguido. E de novo estes verdadeiros patriotas fizeram barulho agora para que nos dessem luz eléctrica. Fizeram-se reclamações na Câmara Municipal, foi-se à Companhia Eléctrica das Beiras (CEB) em Coimbra. Mas de nada serviu. Ficámos na mesma situação em que estávamos, ou talvez ainda pior porque esta mesma Companhia chegou com a electrificação aos Rosados lugar que fica a duzentos metros do lugar de Estevães, como que a fazer pouco dos verdadeiros revolucionários da aldeia de Estevães. Pois esta Companhia foi electrificar uma povoação que esteve sempre calada. Nunca pediu a electrificação da sua aldeia nem sequer a estrada e tudo isto conseguiu, sem nada ter feito para o conseguir, estes habitantes desta aldeia até ao momento actual só sabem pedir esmolas para as almas e mais nada, absolutamente nada. Servem-se da estrada que os habitantes do lugar de Estevães, que nós fizemos, e continuamos a fazer todos os anos até ao lugar de ilha, para assim termos melhores comunicações com outras povoações, esta estrada que passa pela aldeia destes «pedintes» que não há outro nome que se lhes dê, e estes nunca tiveram a coragem de nos ajudar na continuação desta estrada que tanto é nossa como é deles. E nos dias em que se procede à reparação desta estrada passam por nós e dizem com ar de felizes pela atitude tomada:

— Isto não me pertence a mim.

O outro diz:

— Eu..., nos caminhos. Com um grande palavrão no lugar das reticências.

Agora pergunto eu: o lugar de Estevães não é também Portugal para ter direito a uma estrada e à luz eléctrica como as outras aldeias? Não tem também direito a ter uma estrada? Isto sem falar em água e esgotos, etc.

Quero por este meio fazer um apelo ao povo de Estevães e de outras aldeias que estejam nas mesmas condições, para não se desunirem e continuarem a sua luta que é a de conseguir pelo menos estrada e luz e água.

Pois gostava que os senhores cá mandassem um repórter para ver a nossa situação para melhor assim a descreverem. Pois estou à disposição de acompanhar o repórter durante a sua vinda cá à nossa aldeia se esta visita se verificar ao domingo ou sábado à tarde ou também à segunda-feira mas também de tarde.

Sei que não é possível por este meio os senhores resolverem os nossos problemas mas se fosse possível agradeceríamos.

Manuel Mendes Moderno
Estevães — Guia (Oeste)
Mata-Mourisca — Pombal

A sua carta, se não é já uma reportagem, é pelo menos um apontamento muito importante e de que pode tirar-se, de imediato, a seguinte conclusão: têm o nosso povo e o nosso país sido muito abandonados pelo Estado e, quantas vezes, só da vontade popular resulta alguma transformação nesse país e nesse povo. É aliás, uma conclusão revolucionária que conduz, evidentemente, à negação do actual Estado e ao acontecimento do Poder popular.

MOSTRA POÉTICA AMPLA

Desde o primeiro número da revista *Correio do Povo*, tenho acalentado o propósito de lhe testemunhar em palavras escritas de crítica sincera, o contentamento que me tem dado, pela importante função que desempenha na descoberta de um Povo ignorado, porque escondido em lugarejos sem acesso rodoviário; ignorante, porque afastado dos centros de ensino; obscuro, porque ausente do pensamento e das vontades senhoris, que dos caprichos faziam leis e da justiça se serviam para defender tiranos e condenar à eterna sujeição os pobres deste país.

Pená é que não seja pelo menos quinzenal.

Cartas vindas dos mais diferentes lugares, abordando os mais diversos temas, expondo toda uma infinidade de assuntos e problemas são bem a exploração de todos os segredos, sonhos,

anseios, esperanças, projectos, ideais e necessidades de um Povo apertado nos frios subterrâneos do silêncio, imposto durante a longa e hórrida noite do fascismo cercada de lacaios e povoada de vampiros.

A Revista ganha dimensão e significado na medida em que, deixa de ser feita para o Povo, para ser feita pelo próprio Povo.

Há as cartas, as notícias, os dados de que se compõem as entrevistas, os gritos de alerta que originam as reportagens e há a participação dos operários do pensamento escrito.

Aqui, é preciso que os grandes vultos literários não sejam colocados de maneira a projectarem sombra sobre a existência dos nossos poetas populares, completamente ignorados, que muitos são, e é preciso trazer para a luz das páginas desta Revista *Correio do Povo*, porque p'ra ninguém foi mais longa aquela escura noite.

A NOVA AURORA

*Oh!, Tempo, olha para a frente,
Corre com serenidade!
Está o Povo impaciente
P'ra ver a Fraternidade!*

*Oh!, Tempo, segue e avança,
Com firmeza e com afã;
Faz que a palavra Esperança
Não seja palavra vã.*

*Em linda manhã de Abril
Raiou a Felicidade;
O Povo festeja a «Tropa»
Com vivas à Liberdade.*

*Salvou-se a Pátria, enfim,
Com denodo, paz, união;
Todos gritam: — ao Trabalho
P'ra ressurgir a Nação!...*

*Mas o Povo libertado
Só vê lutas, preconceitos;
Poucos cumprem seus deveres,
Todos exigem direitos.*

*Não mais ódios nem rancores!
Não mais símbolos de guerra!
Vamos todos trabalhar
P'ra ressurgir nossa Terra!*

*Façamos, mas sem desdouros,
Vida unida e social
Para que nossos vindouros
Tenham Novo Portugal!...*

Estêvão Luís Tavares

Temos tido a preocupação de dar a conhecer aos nossos leitores alguns dos nossos melhores poetas, com efeito; a par de alguns poetas populares e de poetas que cantam as suas canções, como o Zé Afonso, o Sérgio Godinho e, neste número, o Vitorino. Também publicamos, e a Nova aurora é disso mais um exemplo, poemas dos nossos leitores. Daí esperamos que resulte uma mostra poética ampla e eficaz.



MINAS

o mundo subterrâneo onde o mineiro é explorado e o minério mal explorado

Minério: uma riqueza guardada pela terra. Uma riqueza que o homem persegue desde sempre. À custa do seu esforço, abrindo furos, morrendo em desabamentos, ficando mutilado nos inúmeros acidentes que qualquer exploração, qualquer descoberta, sempre acarretam.

Minas: uma fonte enorme de riqueza, um pólo decisivo para o desenvolvimento industrial dum país. Uma fonte de vida, uma fonte de morte. Minério, que se transforma muitas vezes em armas, em munições, em bombas. Minério que entrou na fabricação das bombas alemãs que destruíram Guernica, durante a Guerra Civil de Espanha;

e das bombas atômicas norte-americanas que, na II Guerra Mundial, destruíram no Japão, as cidades de Hiroshima e Nagasaki.

Minério, sem o qual não teria sido possível avançar em todas as criações que têm contribuído para o desenvolvimento da Humanidade: o Cobalto — nome de um diabo nas lendas mineiras — uma das poucas esperanças daqueles que são atacados pelo cancro. Mas também minério provocador de silicose — a doença terrível que todos os mineiros conhecem, o preço que pagam, quantas vezes a morte, por se atreverem a desventrar a terra, aqueles que menos ganham com a sua explora-

ção. A dialéctica da Criação e da Destruição!

Portugal é hoje um dos poucos países da Europa que ainda não esgotou os seus recursos minerais e que exporta grande parte das riquezas que vai buscar ao subsolo. Um país que tem necessidades, para que o desenvolvimento por que tanto ambicionamos se concretize, de criar indústrias que lhe possibilitem a transformação das suas riquezas naturais. Que precisa de investimentos e força criadora para que esses projectos se transformem em realidade.

Portugal: um país de minas em laboração e de minas abandonadas.

Visitámos Aljustrel e S. Domingos. A primeira, «a das pirites alentejanas», com 810 mineiros que labutam, sofrem e produzem; a segunda, uma «cidade fantasma», uma vila que morreu à cerca de 6 anos, quando a exploração das suas entranhas deixou de ser rentável. Aljustrel, uma vila virada a um futuro de progresso, que acreditamos próximo. S. Domingos, terra que, no dizer de velhos mineiros reformados (os únicos que ainda a habitam), morrerá com eles, que continuam a ser a lembrança de um passado de fome, de miséria, de exploração, sem remorsos, do capital sobre o Homem.

Aljustrel, onde os mineiros, ainda hoje, são vítimas de todo um passado que se serviu deles. Onde o homem ainda não encontrou uma retribuição justa para a dureza do trabalho que realiza. Onde nada compensa o viver nas entranhas da terra, a falta de sol, de horizontes. Onde o trabalho mineiro é a perda do contacto com a realidade que nos cerca — a Natureza. «Ali o mundo é outro!». S. Domingos, onde os velhos reformados vivem de recordações e de um passeio pelo passado que foi deles; onde só há esqueletos de túneis, de galerias, de elevadores, de escritórios. Onde a Natureza e o recordar são excessivos, porque a terra secou a fonte de trabalho.

ALJUSTREL E S. DOMINGOS

Da tragédia da exploração à tragédia do abandono

Contradições entre a luz artificial e o bulício e o recordar silencioso de sol a sol. Duas realidades distintas entre a força do trabalho e a angústia de um esquecimento para que se não quis encontrar uma solução. Solução que terá de surgir para que a exploração desapareça, para que a velhice deixe de ser nostalgia e a vida readquira um significado positivo.

O capitalismo português — nomeadamente as grandes empresas monopolistas — nunca soube explorar e aproveitar convenientemente as riquezas mineiras nacionais. Sempre dependente dos interesses estrangeiros, nunca criou as infra-estruturas necessárias a um desenvolvimento mais consentâneo do parque industrial, que poderia ter laborado e transformado o potencial que o nosso subsolo alberga. Retirada a matéria-prima do ventre da terra, ela era —

e ainda hoje é — exportada, na sua grande maioria. Exportada para os países altamente industrializados, os quais, por quase terem esgotado os seus recursos mineiros, os vêm buscar aos países que, como o nosso, assim lhes fornecem as matérias que, por



ALJUSTREL — a tragédia da exploração. Na corrida para a industrialização, em que nos deixámos ultrapassar, temos que contar com a riqueza mineral que ainda possuímos. Essa riqueza «não cai do céu aos trabalhadores». Temos que arrancá-la à mina. E o mineiro é o herói e o mártir desse trabalho

incapacidade, não souberam transformar em novas fontes de rendimento. No fundo o «negócio» resumia-se ao seguinte: Vendíamos a matéria-prima ao estrangeiro que a transformava em produtos acabados, com um valor troca muito superior. Assim, víamo-nos — e vemo-nos — na necessidade de os importar, já que não os produzimos internamente. Deixámo-nos ultrapassar na corrida da industrialização, que ocupou toda a Europa. Para que a arrancada decisiva se dê, para que, de futuro, possamos bastarmo-nos a nós próprios e alcançarmos o desenvolvimento porque todos ansiamos, temos de contar com a riqueza mineral que ainda possuímos. Essa riqueza não «cairá do céu aos trambolhões». Temos de ir arrancá-la ao «inferno» da terra — às MINAS.

ALJUSTREL, A DURA REALIDADE

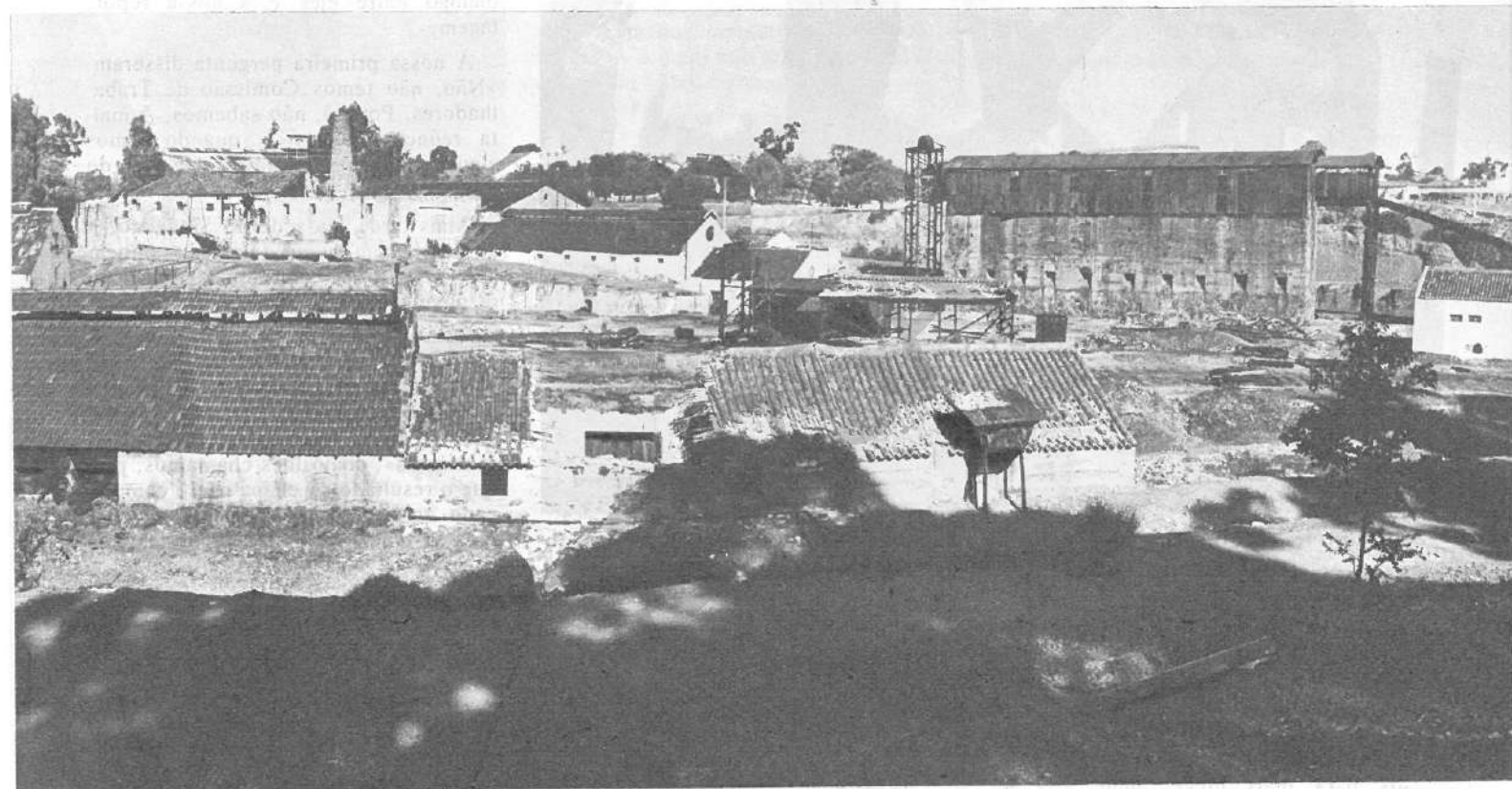
Augusto Francisco, o «Gead», é mineiro, há doze anos, em Aljustrel. Jovem de vinte e poucos anos, começou a trabalhar na superfície quando teve de ajudar a família a sobreviver, porque o pai tinha morrido num desastre na mina. Porque para os mineiros «quem é filho de mineiro, mineiro há-de ser». Não foi por ironia que o filho substituiu o pai e recomeçou o trabalho que foi a causa da sua orfanidade. Por razões de sobrevivência: a realidade crua da falta do pão.

O «Gead» foi o nosso primeiro.

na resposta. Mais tarde compreendemos a razão: existem em Aljustrel 4 minas distando, entre elas, cerca de 2 quilómetros: Feitais, Vispasca, Moinho e S. João. Foi o caminho da primeira que nos indicaram, porque é perto desta que se localizam os escritórios da empresa. Atravessámos o centro da vila, a que os aljustrelenses chamam «baixa» e à saída, tomámos a estrada de saibro que vai direito a Feitais. Atravessámos o bairro operário. À soleira das portas os velhos conversavam e as mulheres vinham espreitar a passagem do carro. Os bairros para os operários eram construídos pela empresa — viria a dizer-nos um membro da direcção do Sindicato da Indústria Mi-

S. DOMINGOS, VILA MORTA

Ex-minas de S. Domingos! Futuras minas de S. Domingos? S. Domingos, «cidade fantasma» que vai apodrecendo no distrito de Beja. Cidade onde já viveram cerca de seis mil pessoas. Onde, hoje, vivem pouco mais de mil, entre velhos reformados, mulheres, crianças e alguns jovens sem emprego. Estes, na maioria, ex-soldados que vieram das colónias e que, sem ocupação, vão vegetando pelas terras hoje semi-abandonadas. Jovens que vivem da esmola dos familiares. Da magra reforma de velhos pais ou tios. Braços fortes sacrificados à injustiça de terem



S. DOMINGOS — a tragédia do abandono. Ex-mina, «cidade fantasma», vila que vai apodrecendo em pleno distrito de Beja. Dos seis mil habitantes de outrora restam cerca de mil: velhos reformados, mulheres, crianças e alguns jovens sem emprego.

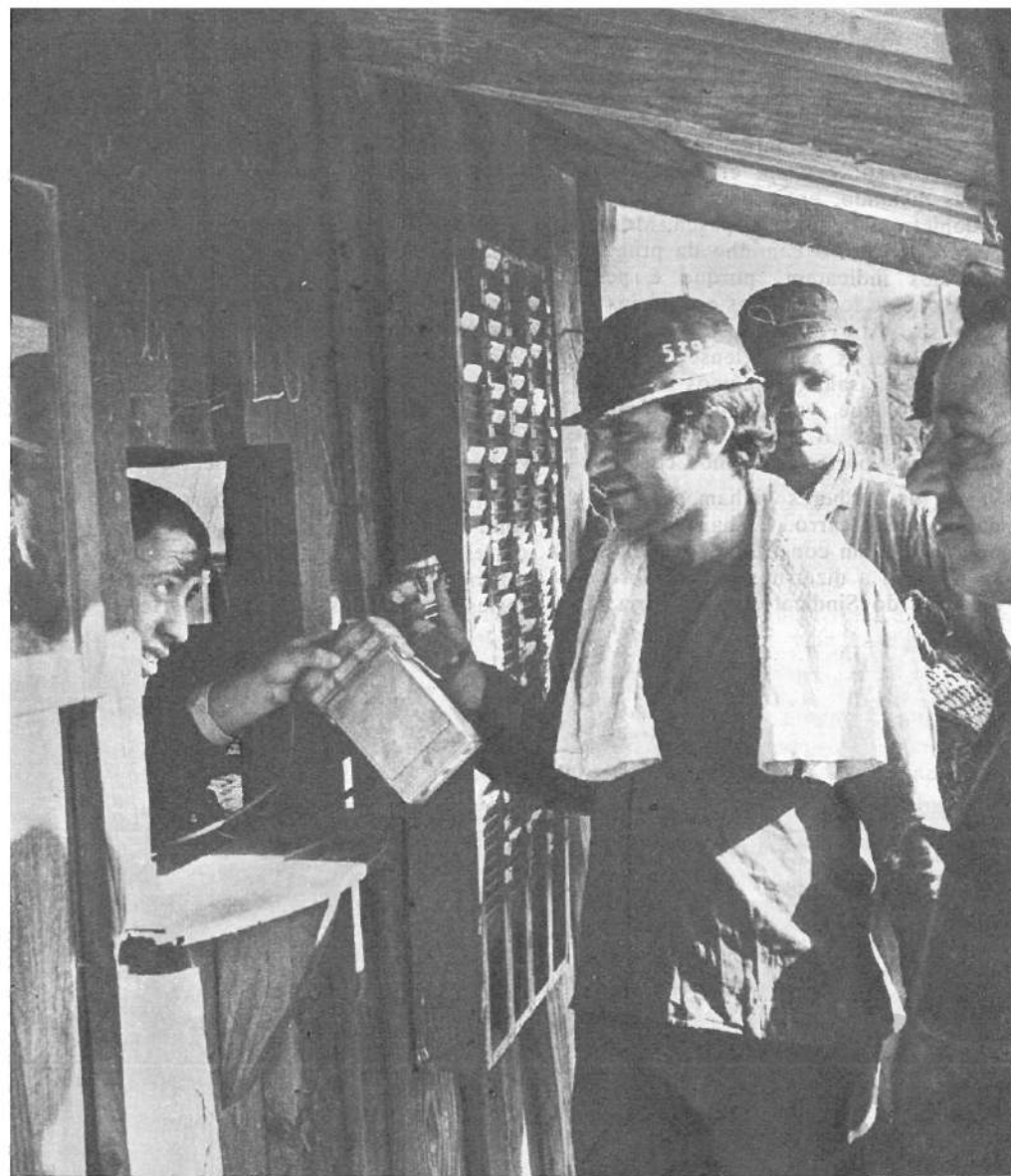
contacto nas minas de Aljustrel donde se extraem as pirites, minério rico em cobre e ferro, cujas potencialidades de exploração no futuro se apresentam extremamente favoráveis, já que foram descobertos novos e importantes filões e porque existem planos de vulto para a sua transformação, concentrados no ambicioso projecto de Sines. A exploração de minério em Aljustrel já remonta ao tempo dos Romanos e a vida da vila sempre esteve ligada a esta actividade, bem como ao amanho das terras que a circunvizinham. A estrada principal atravessa, sinuosa, a vila. Parámos junto a um café que é conhecido pelo «Lampreia», o apelido do proprietário. É local de encontro dos mineiros, após a saída do turno. Indagámos a direcção das minas. Hesitaram

neira do Sul, cuja sede se situa na própria vila de Aljustrel. Só que agora a empresa diz que não tem dinheiro... e deixou de construir. O bairro operário de Feitais é constituído por longas construções, que mais parecem comboios. As paredes caiadas de branco, portas e janelas verdes. As portas seguem-se umas às outras no mesmo bloco. Dizem-nos que foram sorteadas, segundo as necessidades dos trabalhadores interessados, mas só cerca de um quarto dos trabalhadores foram contemplados. Os outros, os preteridos, pagam de oitocentos a mil e quinhentos escudos por uma casa razoável, na vila. Mas a empresa subsidia-os: com cem escudos mensais!... Há cento e dez pedidos de casa e uma vaga promessa de aumento do subsídio.

de se amparar aos braços cansados de velhos mineiros. Aqueles velhos que dizem que a terra morrerá com eles!

Cada casa, 16 metros quadrados! 16 metros quadrados que tiveram que ser reduzidos para se poder construir uma cozinha que não existia. 16 metros quadrados que não comportam uma casa de banho. Nas casas que vão caindo de abandono uns baldes servem de retrete. Baldes depois despejados pelos campos.

Terra de contradições, com pequenas habitações ao abandono, pela falta de gente. Terra de contradições, onde os ingleses, os grandes accionistas das minas, tinham um cemitério próprio e onde os portugueses, os donos da terra, os jovens ou velhos mineiros do tempo da laboração iam a enterrar a 3 quiló-



O mineiro recebe a chapa de identificação e a pilha. Uma cena que se repete em cada dia de trabalho

metros, de capacete protector na cabeça, recebiam, numa pequena barraca de madeira, chapas de identificação. iam entrar para o trabalho e render os seus colegas. Os que, entretanto, regressavam do fundo da mina, devolviam a chapa identificadora, na janela do improvisado escritório. Cada mineiro tem um número. Perguntámos porquê.

— «Por uma questão de controlo — responderam-nos. Assim, em caso de acidente, sabemos com maior rapidez quantos homens estão no fundo da mina e quem eles são. À medida que vão saindo, entregam a chapa e, assim, o nosso controlo torna-se mais rápido e mais eficiente.»

Entretanto, juntaram-se diversos mineiros e, rapidamente, estabeleceu-se o diálogo entre eles e a nossa reportagem.

À nossa primeira pergunta disseram: «Não, não temos Comissão de Trabalhadores. Porquê, não sabemos. A malta reúne-se pouco e, quando temos algum problema, dirigimo-nos à sede do Sindicato.»

(Mais tarde, na sede do Sindicato, o dirigente com quem falámos, também não nos soube dar uma explicação razoável para esta falta que consideramos grave).

Camacho, trabalha à vinte e nove anos na superfície da mina: «ganho apenas o suficiente. Quanto às inspecções médicas, são anuais. «Inspecções fantasmas», como lhes chamamos, porque o resultado da chapa não é comunicado ao pessoal. Assim, nunca sabemos se temos ou não a doença (silicose), porque eles não nos dizem».

metros de distância — a Corte do Pinto, a Junta de Freguesia. Porque a terra em que trabalhavam e morriam não podia albergar tanta miséria. Talvez se envergonhasse da exploração de que eram vítimas e, por isso, mandava-os para mais longe, onde não se soubesse de toda essa exploração, toda a fome, toda a doença.

Os que abriam túneis e galerias, para extrair o minério que enchia os bolsos da burguesia, não tinham direito a uma cova ali ao pé onde repousar.

Os bolsos capitalistas abarrotavam à custa da exploração dos trabalhadores. Um mineiro, nessa época, ganhava uma média de 27\$50 por dia!

O RENDER DOS TURNOS ANTÔNIO, PASTOR OU MINEIRO?

Em Aljustrel, à hora da rendição do primeiro turno de trabalho, dirigimo-nos para a saída de um dos poços. Mineiros, com os cestos contendo o farnel, transportando lanternas ou gasó-



O render do turno. As entranhas da terra à espera de serem exploradas. A riqueza porém não está no minério, mas sim no trabalho do Homem



António, futuro limitado desde o ventre da mãe, neste Portugal. Sociedade Limitada. António, pastor ou mineiro?

Entretanto, uma criança aparentando cerca de sete anos, magra e triste aproxima-se. Chama-se António, e traz roupa lavada para o pai, que acaba de sair da mina. Em troca, este entrega-lhe a sacola em que tinha transportado o farnel e também o gasómetro, para que leve tudo para casa. «Ando na terceira classe», diz-nos a medo. «Mas também sou pastor».

Palavras ditas a medo, envergonhadas, palavras de criança triste que não queria ser fotografada. António, aparenta sete anos, é magro e tímido e anda na terceira classe. Mas tem onze anos angustiados e é também pastor.

A DESCIDA DA MINA

A descida à mina ficou combinada após conversa com os membros do Sindicato da Indústria Mineira do Sul e o engenheiro de minas por parte da administração Beja da Costa. Tivemos evidentemente de vestir o respectivo fato do ofício — o fato macaco, o capacete, as galochas, por necessidade de proteger as nossas roupas da água forte existente no fundo da mina (água carregada de minério e por isso mesmo corrosiva) e a cabeça de algum calhau que pudesse eventualmente cair. Um pequeno pedaço de minério é suficien-

temente pesado para fazer moossa... podemos garanti-lo. Eram onze e meia da manhã quando descemos à mina acompanhados pelo eng. Beja da Costa e por dois delegados sindicais, que nos iam explicando todas as fases do trabalho. Entrámos pela boca do túnel cavado na colina. A claridade e a aragem agreste daquele dia de Outono perdeu-se ao fim de 20 ou 30 metros de túnel.

Penetrámos na gaiola do elevador atravancada entre duas vagonetas de transporte de minério, pois o elevador é utilizado para ambos os fins: transporte de minério e de pessoas. Os 265 metros que nos separavam do fundo da mina foram rapidamente percorridos. Chegados, ao fundo, deparou-se-nos uma imensa galeria, suficientemente alta para nos mantermos de pé, cujas paredes e tecto não eram escoradas por qualquer caixa ou armação que evitasse qualquer tipo de desabamento. Mais tarde, à conversa com os velhos mineiros reformados de S. Domingos, estes não acreditariam que pudesse haver galerias sem serem escoradas. Mas é o eng. Beja da Costa que nos explica. «Tudo depende da constituição do terreno e da própria evolução das técnicas na exploração das minas» aqui nas minas mais antigas também existem galerias escoradas.

Percorremos algumas centenas de metros da galeria, apenas iluminada pela luz das nossas pilhas. Em alguns sítios, gotas de água caíam sobre os nossos capacetes e no chão da galeria, para além dos rails sobre os quais andam as vagonetas iam-se formando pequenas poças de água ferrugenta. Não se podia dizer que houvesse frio, e, muito embora sentíssemos uma certa humidade, o ar era perfeitamente respirável.

«Procuramos criar condições de ambiente o mais possível idênticas às que encontramos à superfície, não só por razões de rendimento de trabalho, mas também para precaver a saúde dos operários» — diz-nos o Eng. — «tentamos evitar tudo o que possa contribuir para poluir o ar que se respira cá no fundo. Por isso os nossos comboios de transporte de minério, que funcionam em vários pisos, são movidos a electricidade e as máquinas de perfuração e de recolha de minério funcionam a ar comprimido. Para que o ar cá em baixo seja respirável, é necessário que uma boa ventilação da mina se faça. Há que assegurar, pois, várias, entradas e saídas de ar o que obsta à formação de nuvens de poeiras. A poeira, causa do envelhecimento prematuro dos mineiros e tantas e tantas vezes da sua morte.

A silicose é, precisamente, a doença característica dos mineiros e, muitas vezes, tema das suas conversas. Doença de pulmões, provocada pela inalação de poeira e que, ainda hoje, afecta muitos dos que trabalham no interior

das minas, embora com as novas técnicas de perfuração, abertura de furos e ventilação, tenha deixado de ser a «morte certa» que vinha ao encontro de todo o mineiro. Doença que se manifesta por forte catarro e expectoração e provoca grande fadiga ao mais pequeno esforço.

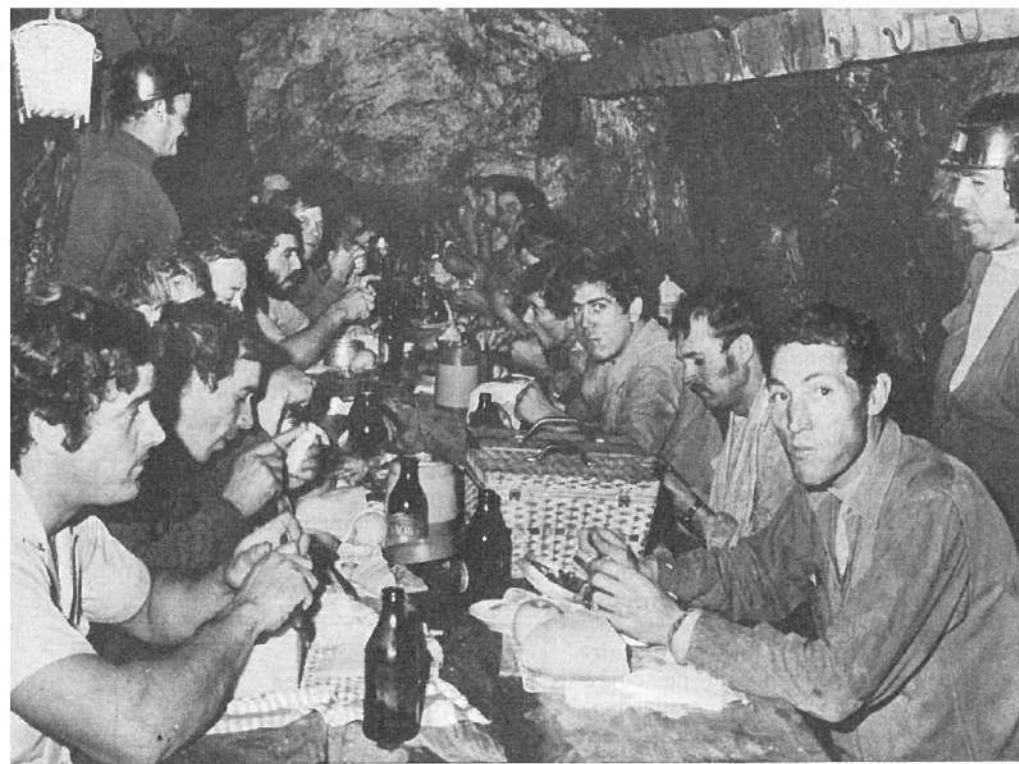
É o delegado sindical — o Manuel — intransigente defensor dos direitos dos mineiros quem nos diz: «Aqui não se chega a velho. E há casos de mineiros reformados com 30 e 35 anos de idade» Também em S. Domingos viemos a saber que chegaram a ser reformados homens com 40 anos.

INSPECCÃO MÉDICA FANTASMA

As minas de Aljustrel têm um médico privativo. Com cerca de oitenta anos, realiza, entre Janeiro e Maio, as inspecções médicas. Inspecções que, para homens tão sujeitos a contraírem a silicose, são irrisoriamente apenas uma vez por ano. A inspecção «fantasma» limita-se a «uma apalpadela, a mandar tossir e toca a andar», disse-nos Manuel, um dos mineiros, o delegado sindical, com quem conversámos no fundo da mina; «E, de vez em quando, uma chapa de que geralmente não sabemos o resultado.»

Um hospital serve a mina e a vila. Mas a falta de apetrechamento adequado, apenas lhe permite tratar de doenças ou acidentes ligeiros. Em casos de maior gravidade, o doente tem que ser transportado para Lisboa. Duas ou três horas de viagem que podem representar uma vida...

Em S. Domingos, um médico, vindo de Mértola, a vinte e dois quilómetros de distância, dá consulta cinco vezes por semana. O hospital, que existia antes do fecho da mina, foi encerrado juntamente com aquela. E a farmácia, também fechada, ficou com os medicamentos, hoje já estragados, nas prateleiras. Nem o hospital, nem a farmácia resistiram ao abandono. Ao abandoná-lo a que resistiram os mineiros. O fascismo fez-nos o mesmo que os ingleses, donos da mina, — disse-nos António José Brás, cerca de oitenta anos, quarenta e oito dos quais como soldador e, mais tarde, mestre soldador — os «Camones» levavam tudo e nós morriamos à fome.



das são exportadas para a Bélgica e o resto da produção é vendida internamente para a CUF e para o Amoníaco». Perante a nossa curiosidade de saber qual a utilidade das pirites, respondeu-nos: «As pirites são ricas em cobre e ferro e em enxofres. Para além da extração daqueles metais, o ferro e o cobre; as pirites são utilizadas na fabricação do ácido sulfúrico e dos adubos. É efectivamente, um produto muito rico da natureza.

FASES DO PROCESSO DE EXTRACÇÃO DO MINÉRIO

Chegámos ao fim da galeria rasgada na rocha estéril. Em função da disposição do minério — «Isto não quer dizer que, por vezes, não se cometam erros» dizia-nos o Eng. Deparou-se-nos a rocha e alguma pirite que terá de ser arrancada à força de dinamite para que a galeria prossiga. Subimos cerca de 15 metros por uma escada de dois lances, quase a pique, e emparedados por rocha e minério, para nos inteirarmos da forma como se fazia a extracção das pirites. Chegamos ao cimo, eram salas e salas de extracção de minério que se seguiam, umas a seguir às outras, num autêntico labirinto, alguns chegando a ter 1.200 metros quadrados de superfície, isto é 40 metros de comprimento por 30 de largo. Paredes e enormes abóbadas de minério, com a sua cor verde cinza, que a luz das nossas pilhas iluminava, ali estavam, sem que houvesse qualquer madeira ou ferro que as seguisse.

Os velhos mineiros das minas de S. Domingos não acreditariam que tal pudesse haver, apesar das suas dezenas de anos de ofício. É realmente difícil de acreditar!

O eng. Beja da Costa explica-nos as várias fases do processo de extracção do minério: — «Existe uma brigada

Alguns metros mais à frente, começámos a ouvir o som de vozes. Era a hora do almoço, lá no fundo, e o refeitório esta já muito perto. É naquela meia hora de refeição que os mineiros falam e convivem mais entre si, já que, durante as horas de trabalho, toda a tentativa de diálogo é abafada pelo ruído das máquinas ou pelo barulho do minério, quando cai da tolda para as vagonetas.

Para além de que, toda a atenção é pouca para evitar os acidentes. O diálogo entre os mineiros, quando trabalham, é quase todo feito de gestos. Em todos os pisos, que vão da superfície ao fundo, ele há vários e em todos se extrai minério — existe um refeitório. Trata-se de um buraco que se situa transversalmente à galeria e que foi escavado, propositadamente para isso. Saudamos os mineiros que almoçam e são eles que nos dizem: «Não podemos ir almoçar à superfície, pois só temos meia hora prá refeição. Tínhamos até isto caído, mas no Inverno a água escorre por essas rochas abaixo e já lavou a cal toda». As paredes de rocha estéril em vários tons de castanho, mostram efectivamente, traços da cal desaparecida. «Pois é, isto aqui no Inverno tá a gente a comer e tá a chover no prato. Vamos a ver se este Inverno revestimos isto a madeira».

Não quisemos interromper mais a refeição. Aproximava-se o meio-dia e eles tinham de pegar ao trabalho. Continuámos a percorrer a galeria, constatando — para muita surpresa nossa — a inscrição de frases revolucionárias nas paredes, tais como: «Viva a vanguarda da classe operária», e outras.

«A galeria tem esta disposição, mas não é por acaso» — responde o eng. Beja da Costa a uma pergunta nossa — «Para explorar uma mina, primeiro fazem-se sondagens, perfurações. E, com base na análise e estudo das

amostras recolhidas, consegue-se saber se o filão de minério vale ou não a pena ser explorado. Isto é, se o minério existe em muita ou pouca abundância e a maneira como se dispõe no subsolo. Os filões apresentam-se verticalmente em relação ao solo e, aqui, pelas sondagens feitas, sabemos já que temos filão para pelo menos 200 anos. Isto se mantivermos o mesmo ritmo de exploração. O que não quer dizer que o filão não se prolongue mais para o fundo, só que ainda não fizemos estudos para o comprovar. É ao filão que nós sabemos existir e que ainda não é explorado que se chama vulgarmente de «reservas». «Neste momento, extraem-se cerca de 350 mil toneladas de minério por ano, nas minas de Aljustrel. Mas, se o projecto de Sines for para a frente e se construírem as fábricas de transformação que estão projectadas, pensamos que a nossa produção passará a ser cerca de 1 milhão de toneladas ao ano. Actualmente, cerca de 100 mil tonela-



Todo um passado de trabalho e exploração, eis o que foi a vida para os velhos mineiros de S. Domingos, agora reformados e abandonados



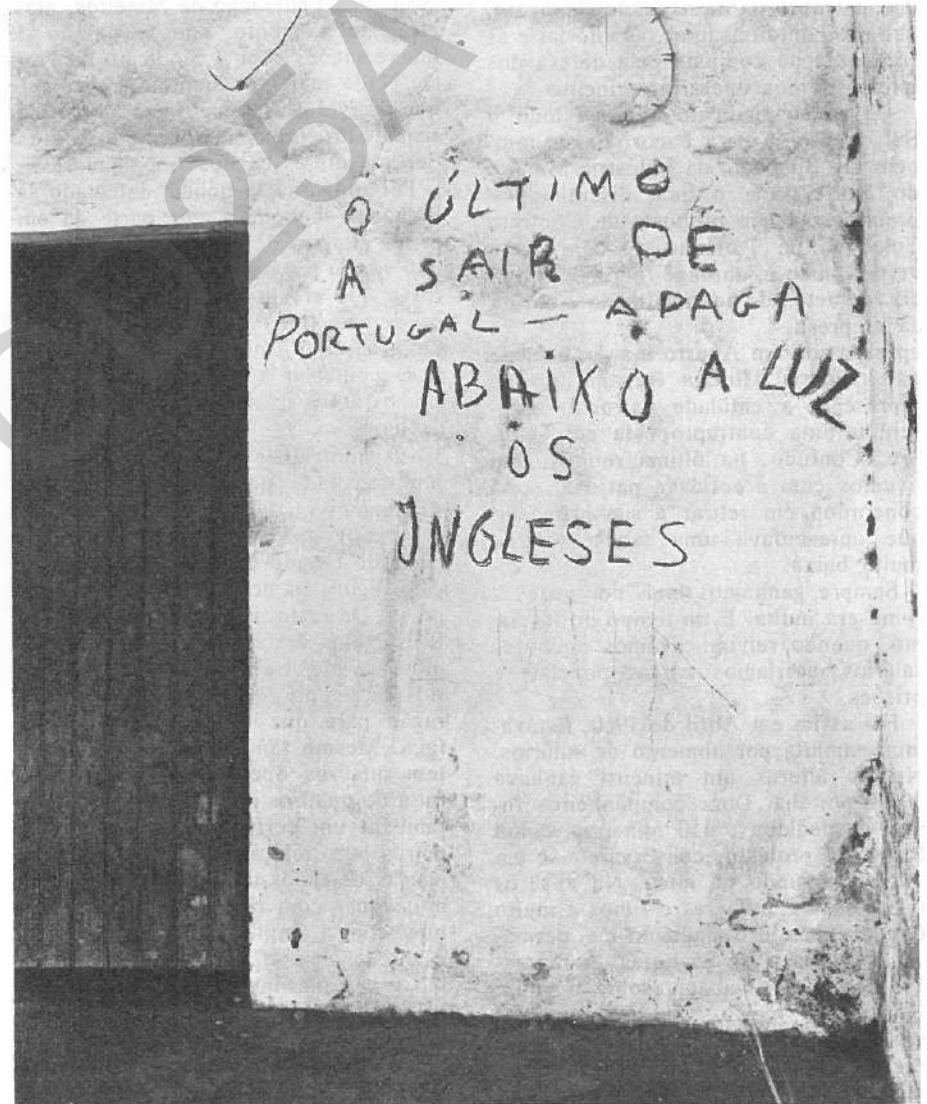
S. Domingos, as máquinas e os homens ao abandono. As minas, apenas revivem na memória dos velhos mineiros

especializada que percorre a sala de extracção e analisa o minério segundo a riqueza em teor de cobre. Sendo o minério mais rico classificado pela designação de AB. Uma outra brigada analisa a disposição do minério e assinala o sítio onde deverão ser feitos os furos para a instalação das cargas de dinamite. Furos esses que são executados por uma máquina accionada por um operário. A máquina tem as seguintes características: para além de fazer os furos a molhado, isto é injectando água, o que provoca a não constituição de poeiras possui um braço perfurador extremamente comprido, o que põe a salvo o operário de qualquer pequena derrocada que se dê no sítio da perfuração. A colocação e o accionamento da dinamite é feita por uma brigada especializada nesta função, e a explosão é provocada após a saída do último turno, isto é, após a meia-noite. É evidente que não se provoca o desabamento do minério da abóbada toda no mesmo dia. Não, a coisa vai por fases, vai por áreas. A sala de extracção, após a explosão que provoca o desabamento do minério pretendido fica em repouso até às sete horas da manhã. Altura em que se verificam os resultados da explosão. Após esta operação, uma brigada inspecciona os tectos da sala e verifica se houve fracturas na rocha e se existem ainda pedaços de minério que possam desabar, pondo assim em risco a vida daqueles que trabalham na mina. O monte de minério que caiu, provocado pela dinamitação, é depois recolhido por uma máquina carregadora e transportadora, accionada por um mineiro, e é depositado na tolda, cujo fundo se situa precisamente por cima do caminho de ferro que percorre a galeria onde estivemos há pouco. Assim, a operação do carregamento das vagonetas torna-se fácil. À medida que vão passando, vão sendo enchidas de minério. Nos diversos pisos onde se faz a extracção, as operações são as mesmas. O minério segue

para o moinho de trituração e, após esta operação, é armazenado até que se venda. É bom que se note que há comunicações entre as quatro minas que exploramos. Até por uma razão de segurança...

Após a explicação do eng., dois aspectos continuavam a intrigar-nos: saber como tinham chegado ali ao fundo da mina aquelas grandes máquinas de perfuração e recolha de minério; e como é que solucionavam o problema da progressiva subida do tecto da sala de exploração de minério, à medida que as dinamitagens sucessivas se iam realizando, o que dificultaria por certo o trabalho das máquinas de perfuração. O eng. depressa nos esclareceu: «A partir do piso superior, tinham sido feitos dois buracos — e chama-nos a atenção para eles, que o ligavam à sala de exploração onde nos encontramos. Por esses buracos vieram as máquinas desmontadas e foi aqui que os técnicos as montaram.

De tempos a tempos, por um desses buracos, é lançado entulho, o que provoca a subida do chão desta sala onde nos encontramos, evitando assim que o tecto fique inacessível às máquinas. O outro buraco mantém-se sempre aberto para permitir que a ventilação se faça e permita que a poeira que se forma com esta operação desapareça o mais depressa possível. Procuramos



«Abaixo os Ingleses», ou mais um grito de revolta contra os «Camões» que os exploravam e «levavam tudo»

pensar em todos os pormenores para que a saúde destes homens seja afectada o menos possível.»

A luz das nossas pilhas era abafada pela luz intensa das lâmpadas de carvão de alguns mineiros. Máquinas e homens trabalhavam, o barulho era ensurdecedor. Depressa chegámos à conclusão que não eram só os pulmões a sofrer com o trabalho dentro da mina, mas também os olhos e os ouvidos. O delegado sindical — o Manuel — confirmar-nos-ia isto: «É verdade. Aqui o mundo é outro! E toda a atenção é pouca, pois o acidente espreita a todo o momento. E paga-se 6 contos a um mineiro!»

Regressámos à superfície. Os mineiros, as máquinas e o barulho ficaram lá no fundo. Cá fora o sol «cegava» a gente.

NO SINDICATO DOS MINEIROS

De regresso à vila, procurámos contactar o Sindicato da Indústria Mineira do Sul, cuja sede se situa em Aljustrel. Encontrámos-nos com Manuel Salvador, membro da direcção do Sindicato, que nos contou as lutas, as vitórias e as fraquezas no combate pela defesa dos interesses dos operários mineiros.

«O nosso sindicato abrange todo o Sul, de Leiria para baixo. Existe também um Sindicato da Indústria Mineira do Norte, com o qual discutimos e preparámos uma proposta de Contrato Colectivo de Trabalho. O contrato é vertical, isto é, abrange todos os trabalhos, os actos da administração e a vida da empresa.

apresentada em Agosto e a Associação da Indústria Mineira (organismo que representa a entidade patronal) apresentou uma contraproposta em Outubro. Contudo, na última reunião que tivemos com a entidade patronal, esta concordou em retirar a sua proposta, que apresentava uma tabela salarial muito baixa.

Sempre ganhámos mal, por vezes a fome era muita. E no tempo do fascismo, quando reivindicávamos melhores salários, sofriámos cargas policiais e prisões.

Foi assim em Abril de 1960. Estávamos em luta por aumento de salários. Nessas alturas um mineiro ganhava 29500 por dia. Doze companheiros foram despedidos e 150 mineiros, como forma de protesto, conservaram-se em greve no fundo da mina. Na vila, os mineiros, as mulheres e filhos e muito povo ocuparam o sindicato e aí permaneceram cerca de 25 horas. A repressão depressa se abateu sobre o povo. Houve um morto. Os 150 mineiros, vencidos pela fome e pela sede, renderam-se. Mal chegaram à superfície, foram imediatamente presos e 130 foram levados para Caxias.

Antes do 25 de Abril de 1974, um

mineiro ganhava, em média, cerca de três contos.

Apos o 25 de Abril, a direcção sindical da altura foi afastada, não porque os seus membros fossem reacconários, mas porque demonstravam pouca combatividade em defesa dos interesses dos trabalhadores. Foi constituída uma comissão provisória de três membros, que exigiu melhores salários. Assim, um mineiro passou a ganhar seis contos como ordenado mínimo. Os patrões andavam muito «mansos», pois tinham muitos pecados na consciência. Segundo a proposta do Contrato Colectivo de Trabalho, apresentado pelos sindicatos mineiros, o ordenado mínimo no fundo da mina passará a ser de oito contos. O contrato está em discussão.»

E agora já têm direcção sindical?

Manuel Salvador responde-nos — «Sim, em Outubro do ano passado houve eleições para a direcção do sindicato, a que concorreu uma lista única constituída por 8 elementos.

O Sindicato tem cerca de 1200 associados e a zona sul possui 7 minas em laboração e muitas abandonadas. Existe vontade, por parte da classe, em criar uma Federação de Mineiros, mas, até este momento, não se passou de conversações com o Sindicato do Norte. Nada mais se adiantou. Felizmente que a nível do sindicato não há partidatismo. Procuramos, sobretudo, defender os interesses dos trabalhadores.»

Perguntámos se tinham detectado sabotagem económica por parte da empresa mineira de Aljustrel. A resposta não surgiu pronta. A hesitação demonstrava que efectivamente os mineiros e os demais trabalhadores não possuíam um grau de organização que lhes permitisse controlar e fiscalizar, com eficácia, os actos da administração e a vida da empresa.

«O sindicato e os trabalhadores não têm detectado, por parte administração, sabotagens ou falcaturas. Mas também é verdade que só o administrador por parte do Estado é que fornece ao sindicato alguns números da escrita da empresa. De resto, não lhes temos acesso. Existe uma certa distanciação entre os mineiros e os trabalhadores dos escritórios da empresa, o que é a principal razão para que esse controlo não se faça. Mesmo também porque não existem quadros operários à altura. Esta falta de quadros operários vem explicar também um certo alheamento dos mineiros em relação ao seu Sindicato, apesar de todos os plenários que fazemos, quer com os delegados sindicais, quer com a ampla massa dos mineiros. A direcção vê-se assoberbada de trabalho e não há ninguém que se interesse pelo combate ao analfabetismo que grassa entre os mineiros, nem pela sua elevação cultural. Lá se passam alguns filmes de vez em quando...»

É esse alheamento que faz com que na empresa não se tenha eleito ainda

uma Comissão de Trabalhadores que incentive efectivamente a organização dos trabalhadores e a sua consciência revolucionária e ponha em prática o controlo da classe sobre a produção e administração da empresa.

«Existe aqui uma mina bem perto, no Lousal, onde as condições de trabalho são bem piores e onde a exploração é feita a uma temperatura infernal. Aí os trabalhadores já se encontram organizados em torno da sua comissão.»

Quisemos saber a quem pertencia a empresa das Pirites Alentejanas de Aljustrel. Manuel Salvador explicou-nos: «A empresa era quase toda de uma companhia belga, mas em 1973 esta vendeu parte da sua posição à CUF e ao Estado. Hoje, os Belgas são apenas proprietários de 10% do capital. 90% pertencem ao Estado, pois a CUF foi nacionalizada.

Verifica-se, hoje em dia, uma certa dificuldade em vender o minério, isto devido à crise do capitalismo em Portugal e, sobretudo, à crise que afecta as principais nações capitalistas para quem exportávamos o minério. Mas ainda não houve desemprego. E, se o projecto de Sines fosse para a frente, a Administração contava meter mais 390 operários até 1982.

O Sindicato já apontou nomes de pessoas da sua inteira confiança para a Comissão Administrativa que fará a gestão da empresa, já que, na sua grande maioria, ela é pertença do Estado. Mas até agora o Ministério da Indústria e Tecnologia não tem dado andamento à nomeação da dita Comissão.»

O GRUPO CORAL, ÚNICA REALIDADE CULTURAL

Saímos do Sindicato e encontramos António Banza, um dos fundadores do Grupo Coral do Sindicato dos Mineiros de Aljustrel e um dos seus principais animadores. Explicou-nos a origem do Coro e a sua actividade: «O Coro foi criado em 1934 pelo Sindicato Mineiro e, no tempo do fascismo, as autoridades só nos autorizavam a actuar no Alentejo. Em 1951 ganhámos o 1.º prémio dum festival que se realizou em Beja.

Actualmente, o coro é constituído por 28 elementos e ensaiamos duas vezes por semana, após as horas de trabalho. É preciso muita dedicação e muita vontade. Depois do 25 de Abril, temos sido convidados para todo o lado; até já fomos a França e grande parte das canções que cantamos são feitas por nós.»



JOÃO DE ARAÚJO CORREIA é um dos poucos escritores durienses. É estranho, aliás, como uma região tão ricamente dramática quanto o Alto-Douro, onde a vida (o vinho) foi arrancado à pedra a golpes de heroísmo, seja tão desconhecida, na sua realidade e na do seu povo, pelos Portugueses, justamente por não ter gerado contadores de si mesma. Se nos lembrarmos que um dos maiores e

quase únicos romances do Douro é o «Ciclo Port-wine», do ribatejano Alves Redol, a nossa estranheza não pode deixar de aumentar: tema tão grande e tão mal aproveitado, o Alto-Douro surge-nos, inexplicavelmente, pois, como uma espécie de gigante mudo. Araújo Correia é, por isso, uma voz tanto mais rara. Em (sobretudo) curtos contos — que lhe trouxeram fama de ser um dos melhores contistas nacionais—ele «deu» a terra e os homens em que, e com quem, viveu desde 1899, ano em que nasceu na Régua. Isolado do grande centro cultural e literário que sempre foi, e é, a capital, este João Semana duriense fez (também) da sua profissão de médico instrumento de observação de coisas e seres e, dessa visão clínica mas profundamente humana da vida (e da morte) retirou uma experiência vivida e contada em numerosos volumes, de que destacamos *Contos Bárbaros* (1939), *Contos Durienses* (1941), *Terra ingrata* (1946), *Casa Paterna* (1951), *Cinza do Lãr* (1951), *Folhas de Xisto* (1959), *Montes Pintados* (1964). O conto que hoje publicamos, «Soba de Mafómedes», é justamente extraído do livro *Contos Durienses*.

SOBA DE MAFÓMEDES

Já os automóveis circulavam por todas as estradas e até com os caminhos rurais se atreviam, procurando aldeias desgarradas nos montes durienses. Já havia electricidade nos lagares e telefone à mão no escritório e no quarto do vinicultor. Já o rádio maculava o silêncio das noites aldeãs com os seus vômitos roucos. Já havia tudo isto, que é progresso, comodidade ou impertinência, quando, em certa madrugada, o Soba de Mafómedes me mandou chamar, pois que, dizia-o num bilhete sujo e em letra senil, tinha passado a noite muito incomodado.

A porta de minha casa, para meu transporte, vi uma égua ruça, cujo pescoço abatido me denunciou cansaço, tristeza ou velhice. A égua, com o focinho no chão, procurava já, calculei eu, a terra que a havia de comer. Ao lado da égua, um arrieiro maltrapido, com um chapéu esbotenado na coroa da cabeça, ajustava a cilha à barriga do animal. Voltou-se para mim logo que me sentiu, destapou o toutiço e disse:

— Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

Eu devia ter respondido: «para sempre seja louvado». Como porém estranhasse o cumprimento arcaico naquela manhã dos nossos dias electrificados, não disse nada. Se disse alguma coisa, foi: «Bons dias, rapaz!»

O moço esquelético olhou para mim com o espanto próprio de quem nunca tinha visto um figurão como eu. Foi com mão trémula que me afivelou aos pés umas esporas descomunais. Foi a passo vacilante que deu meia volta por diante do animal para me segurar no estribo direito do selim.

A minha dificuldade ao montar foi grande. Temi que um excesso de impulso me fizesse estatelar no pavimento da rua, do lado de lá do bicho. Quando me bifurquei no selim, dei graças a Deus e piquei. A égua, indiferente à espora, começou a andar com o comedimento de uma senhora antiga. Então o rapaz, já refeito da emoção que lhe causara a minha real presença, começou a falar e nunca mais se calou.

— Essa égua é do tempo dos afonsinhos. Mas, segura como isso, não quero que haja outra. Há mais de vinte anos davam ao meu patrão um chapéu de libras por ela, e ele não a vendeu. Pensavam por lá que o meu patrão estava à espera das libras para matar a fome. O meu patrão é rico. Mais de meio Mafómedes é dele. Essas esporas que vossemecê leva nos pés são de prata. Os estribos, de prata são. Assim como o freio. E de prata mocíça.

Então reparei que, em boa verdade, tudo era de prata: as esporas de grandes rosetas, os estribos floridos e o freio monumental.

À saída da vila, encontrei um compadre meu, o qual, fazendo-me sinal para parar, me veio dizer à puridade:

— Vai ver o Soba de Mafómedes? Não lhe leve dinheiro. Seria a maior ofensa que poderia fazer ao velho. O Soba paga em presentes. Se não forem dádivas de arregalar o olho, verá o Compadre que ficará bem pago só por conhecer o tipo. Verá... Adeus. Por esse caminho, amanhã de madrugada está em Mafómedes.

O meu compadre exagerou. Cheguei a Mafómedes antes do meio-dia. Subi uma escadaria de pedra e vi no topo — santo Deus! — um homem com barba de passa-piolho e óculos ovais na ponta do nariz.

— Eu sou o braço direito do Senhor Comendador Eusébio. Faça favor de entrar. Vou adiante para guiar V. Ex.^a nos corredores da casa. Isto é um Marão! Casas como esta há poucas no distrito.

Segui o homem através dos corredores do *Marão*. Já eu arfava de impaciência e fadiga quando o *braço direito* do Soba abriu uma porta e eu vi o Soba deitado numa cama. Que homem! Isto é, que cabeça! Como estava deitado e coberto, eu não lhe via o corpo. Via-lhe a cabeça.

Era uma cabeça bíblica. As barbas, espalhadas em cima de uma colcha de ramagens, vinham até meio da cama. O nariz recurvo picava as barbas. As pontas de um lenço amarrado na testa representavam os galhos de Moisés. Os olhos é que, embora majestosos, rolavam nas órbitas com um lume maroto.

Quando me aproximei do leito, vi que o Soba tinha sobre a pele e sobre as barbas uma carrada de lixo.

— Há cinquenta anos que me não lavo por causa da zípela! Passo às vezes pela cara a ponta de uma toalha molhada em aguardente.

Fiquei edificado. Pus-me a interrogar o doente. Examinei-o com a curiosidade e o cuidado de quem aprecia um caco arqueológico. Estava conservado. Os males de que se queixava eram as primeiras sacudidelas da senectude. Não dormia, e tinha pruridos na pele pergaminácea. A sua distracção era o cigarro, que fumava contínuo, abrindo de par em par a boca desmobilada para expelir o fumo. De vez em quando cofiava as barbas. Suponho que o fazia com orgulho, pois que o lume dos olhos se

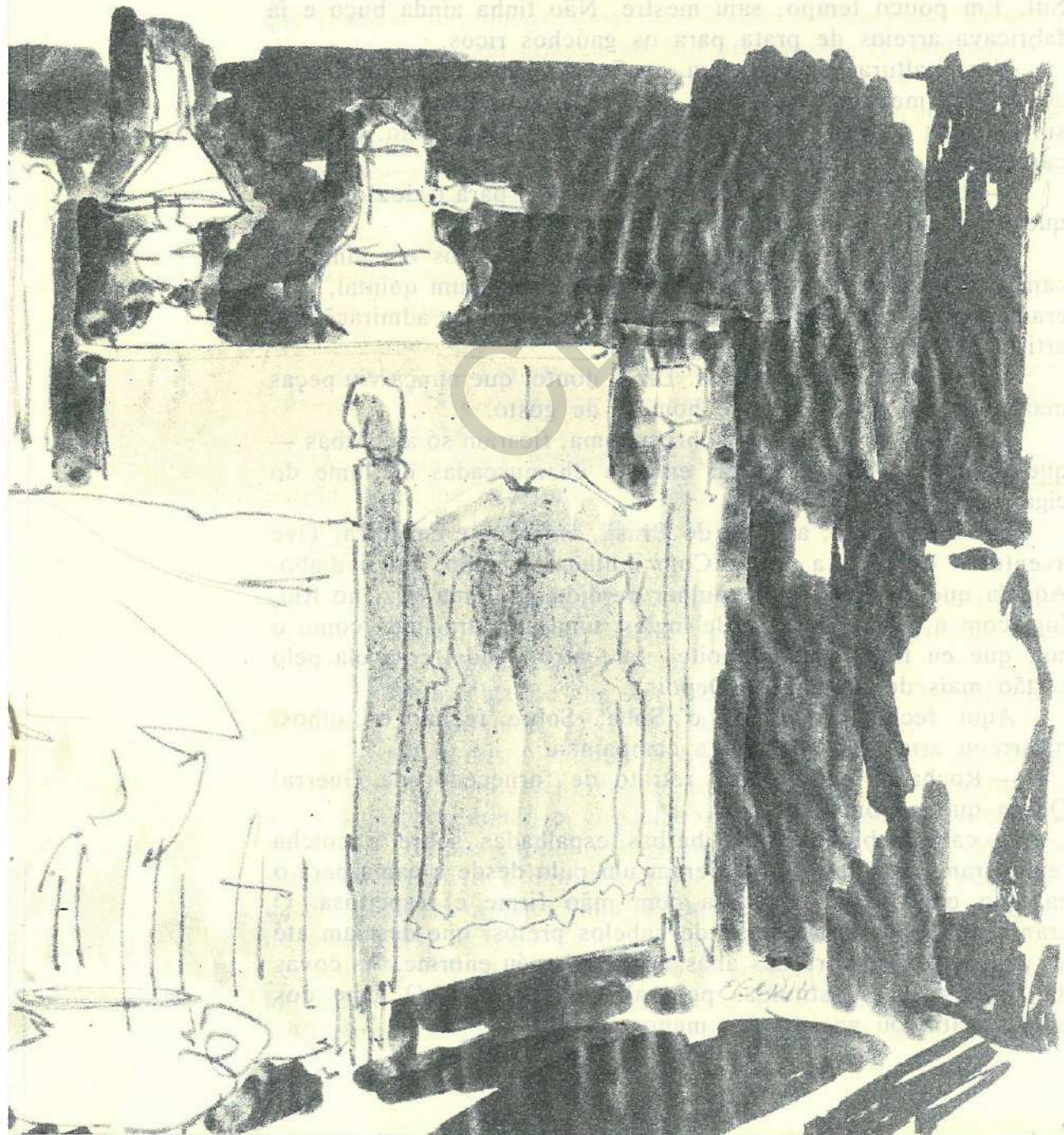


mulheres choravam e rezavam. O comandante do barco segurava
o mar e o céu com olhos duros. Verdaderamente desproporcionado
so o perigo de sair! Amassada a tempestade, o comandante do

lhe tornava risonho e incidia de soslaio na minha cara de padre.
Que tipo! Eu estava ansioso por que ele falasse para, como diz o
outro, lhe ver a alma. E ele falou! Falou muito. Contou-me a sua
vida. Narrando-a, suspendia às vezes o débito oral, para chamar o
secretário, o homem que me conduziu ao longo dos corredores e
era seu braço direito. Outras vezes era o braço direito que
interrompia o amo. Estas interrupções amenizavam a narrativa.

Começou por me dizer que fora para o Brasil em pequenino.
Garantiu-me até que tinha ido ainda de saias e que fora assim, ao
deus-dará, pelos mares fora, entregue a um homem que os pais
conhecera na hora do embarque. O navio era à vela e
chamava-se «Leopoldina».

Aos três dias de viagem, houve tempestade. Homens e



mulheres choravam e rezavam. O comandante do barco encarava o mar e o céu com olhos duros. Verdadeiramente despreocupado, só o petizinho de saias! Amainada a tempestade, o comandante do barco deu-lhe um biscoito.

Vogava o navio com mar bonançoso, mas o pequenito, apesar de virgem em navegação, teve o palpito de que a rota seguida era perigosa por ser errada. Foi ter com o Capitão e avisou-o:

— Olhe que vamos mal, Capitão! O navio leva a proa dirigida ao norte. Faça favor de ver como isso é e navegue mais para o sul.

O Capitão olhou a agulha e deu razão ao pequenito. Perguntou-lhe de onde era, quantos anos tinha e se queria ser marinheiro. Respondeu que não o menino, e o Capitão, chorando de tristeza, exclamou:

— É pena! Fazia-te de ti um Cristóvão Colombo.

Chegado ao Brasil, o menino vestiu-se de homem e fez-se caixeiro, mas a sua paixão eram as artes. Desertou do balcão e pôs-se a ourives de prata na primeira oficina do Rio Grande do Sul. Em pouco tempo, saiu mestre. Não tinha ainda buço e já fabricava arreios de prata para os gaúchos ricos.

Nesta altura da narrativa, o Soba agitou um chocalhinho adstrito à mesa de cabeceira. À porta entreaberta do quarto surgiram os óculos ovais e o nariz agudo do Mordomo. O Soba, carregando o sobrolho, deu-lhe a ordem seguinte:

— Rocha! Quero aqui os arreios da égua para o doutor ver o que é trabalho sólido e delicado.

Em menos de um amém, estavam os arreios em cima da cama. O freio pesava um arroba e cada estribo um quintal, mas eram bonitos. Eu admirei-os e comuniquei a minha admiração ao artista em termos que o satisfizeram.

— Rocha! Leve os arreios. Diz o doutor que nunca viu peças mais perfeitas. Vê-se que é homem de gosto.

Retirados os arreios de sobre a cama, ficaram só as barbas — que eram também de prata, embora chamuscadas do lume do cigarro.

— Viajei muito, através do Brasil, em água e em terra. Tive aventuras de toda a casta. Com mulheres, então, fui o diabo. Aquela que eu fitasse era mulher perdida. De uma vez, no Rio, fugi com a mulher dum lorde inglês, uma ministra linda como o sol, que eu tinha visto à noite, no teatro. Andei com ela pelo sertão mais de um mês... Depois...

Aqui fechou os olhos o Soba. Sobre fechar os olhos, pigarreou arrastado e tocou a campainha.

— Rocha! Traga o meu retrato de fornecedor de Guerra! Quero que o doutor o veja...

A cabeça bíblica e as barbas espalhadas sobre a colcha remoçaram sessenta anos e deram um pulo desde a cama para o caixilho que Rocha segurava com mão firme e respeitosa. O crânio do Soba repovoou-se de cabelos pretos, que desciam até ao pescoço, à sombra das abas de um chapéu enorme. As covas da face foram substituídas por saliências bravas. O lume dos olhos continuou aceso, mas menos maroto.

Como o retrato fosse de corpo inteiro, admirei a faca de mato e as garruchas que pendiam de largo cinto esbarrigado. Nos pés, ao fundo de umas calças tão largas que poderiam conter o fornecimento dum esquadrão, surgiam as esporas — as mesmas que eu calçara para cavalgar a égua.

— Com essas esporas dançava eu o tarateté...

O velho ergueu os braços e descreveu com eles dois pequenos arcos de circo. Depois deixou-os descair nas bordas do leito e suspirou.

— Estou velho. Quando eu dançava, as moças eram mais que as moscas. Eram assim!

Dizendo, juntava em pinha os dedos magros.

— As minhas mais notáveis aventuras foram no mar...

Contou-me a história de vários naufrágios em que não pereceu graças à sua perícia de nadador. De uma vez, até salvou o navio, deitando-se a nadar com uma corda presa a um punhal. Chegado a terra, espetou o punhal na areia e puxou o navio com a corda.

De outra vez, noutra naufrágio, salvou uma criança de mama que flutuava nas ondas, longe dos braços desesperados da mãe. Viu mais tarde esta criança no Rio de Janeiro. Tinham passado vinte anos. A criança era homem feito. Não podia recordar-se do seu salvador, mas reconheceu-o, logo que o viu, decerto inspirado por qualquer voz interior. Saltou de dentro do balcão, onde servia como caixeiro, e correu de braços abertos para aquele a quem devia a vida, exclamando:

— Oh! Meu salvador!

Abraço foi esse, que o Soba, inclinado aos oitenta anos, ainda o sentia estrangular-lhe as costelas descarnadas.

— O que é a voz do sangue!

Chamava voz do sangue à força imperativa que determinara o caixeiro a dar-lhe o abraço impetuoso, guardado para o salvador durante vinte anos.

Às vezes, como já contei, o Rocha interrompia o discurso do patrão para lhe comunicar recados importantes. Entreabria a porta da alcova — supondo que o fazia com o nariz pontiagudo — e dizia:

— Senhor Comendador! A Rita do Eirô quer ir para o Brasil ter com o homem. Pede a V. Ex.^a para apurar dinheiro, que faça o favor de lhe comprar os tarecos.

— Homem, diga-lhe que sim, que compro tudo. Da malga até o penico, é tudo meu. Diga isso à mulher, Rocha!

A narrativa das aventuras do Soba prosseguia até o ponto em que o Rocha a interceptava de novo ou o próprio narrador a suspendia para agitar o chocalho e dar ao procurador ordens violentas. Um dos capítulos mais pinturescos da vida do Soba no sertão brasílico foi a mortandade de dúzias de matutos, perpetrada por ele para raptar a filha de um caboclo. Pois, meus amigos, no ponto mais trágico da narrativa, quando a faca de mato do homicida passional baixava sobre o coração do último matuto, antes de o assassino prear a rapariga, o Soba, que se soerguera no leito para brandir a dextra, que representava o ferro, tocou a

campainha. Rocha espreitou, meteu o nariz dentro do quarto e escutou reverente mais uma ordem do amo.

— Rocha! A Cândida Lamelas não paga renda do cardenho há mais de sete meses. Rocha! Diga-lhe que amanhã, o mais tardar, tem o meirinho à porta.

Rocha prometeu cumprir o decreto verbal e pediu licença para transmitir ao Senhor Comendador o resumo de uma carta que recebera da vila.

— Rocha! Dê-me a substância, só a substância do documento, vamos!

— É que chega amanhã à vila Sua Ex.^a o Governador Civil do Distrito. O Administrador convida V. Ex.^a para a recepção.

— Não posso ir, que estou entrevado. Mando o pessoal. Amanhã, que ninguém trabalhe! Desde o paquete ao cagaçal do Feitor, quero ver tudo em ar de marcha por aí abaixo. O Tolão que dê os vivas, que é alto.

— É pena que V. Ex.^a não possa ir à frente dos seus homens...

— Montado na minha *Galateia*? Ai, Rocha, quem me dera! Você lembra-se do Hintze, do Zé Luciano, do João Franco, do Afonso Costa? Ai, Rocha! Que saudades! Acompanhei-os todos. Do Corgo para cima quem mandava era eu. E ainda mando, porque foi sempre meu lema acompanhar os governos. Você lembra-se, Rocha? Quando eu montava a minha *Galateia* — onde o doutor veio a cavalo — e toda a gente dizia: Viva o Rei de Mafómedes! Ai, Rocha! Hoje estou entrevado. A minha voz é um trovão, mas... o doutor que o diga, por dentro estou caduco. Mas, se o Governo precisar de mim, que me mande chamar. A minha faca de mato — deixe-me ver, Rocha — é só amolá-la, e o Governo verá o que é um mar de sangue.

Voltando-se para mim, despediu-me.

— Doutor, vá à sua vida. Não ature o velho. Amanhã lá irá ter o presente. Verá o que são renovos de Mafómedes.

No dia seguinte, à hora de maior movimento da minha rua, três homens suados arreavam na soleira da minha porta, com auxílio da minha criada, três cestos vindimos. O primeiro continha duas couves tronchas, o segundo continha as batatas que cabem na palma da minha mão. O terceiro continha um mimo destinado à minha sobremesa: quatro cavacas de Resende embrulhadas em quatro capas de papel almaço.

O Soba de Mafómedes! Morreu há dias com noventa anos apergaminhados. O surro conserva o corpo. Legou-me a faca de mato — virgem de sangue, fiquem sabendo — e as grandes esporas de resplandecentes rosetas com que dançou, lá no Brasil, o *tarateté*.

ITINERÁRIO FOTOGRÁFICO

AO LONGO DA MISÉRIA, DO FASCISMO, DO POVO E DA REVOLUÇÃO

Durante uns dias, a informação reduziu-se neste país, a «notas oficiosas».

Em Lisboa, o estado de sítio impediu, primeiro, o aparecimento de jornais; depois, e é o caso no momento em que escrevemos, a saída dos chamados «jornais estatizados».

Privados de imprensa, nós, que costumamos fazer para os nossos leitores uma escolha do que se publica nos órgãos de comunicação, tivemos, em hora tão controversa da vida portuguesa, a tentação, entre outras coisas, de percorrer o que foi a nossa actividade, neste quase um ano passado; através de um itinerário fotográfico, sugerido pelos olhos ansiosos das crianças desta foto, cercadas, numa barraca-escola, pela miséria e pelo fascismo.

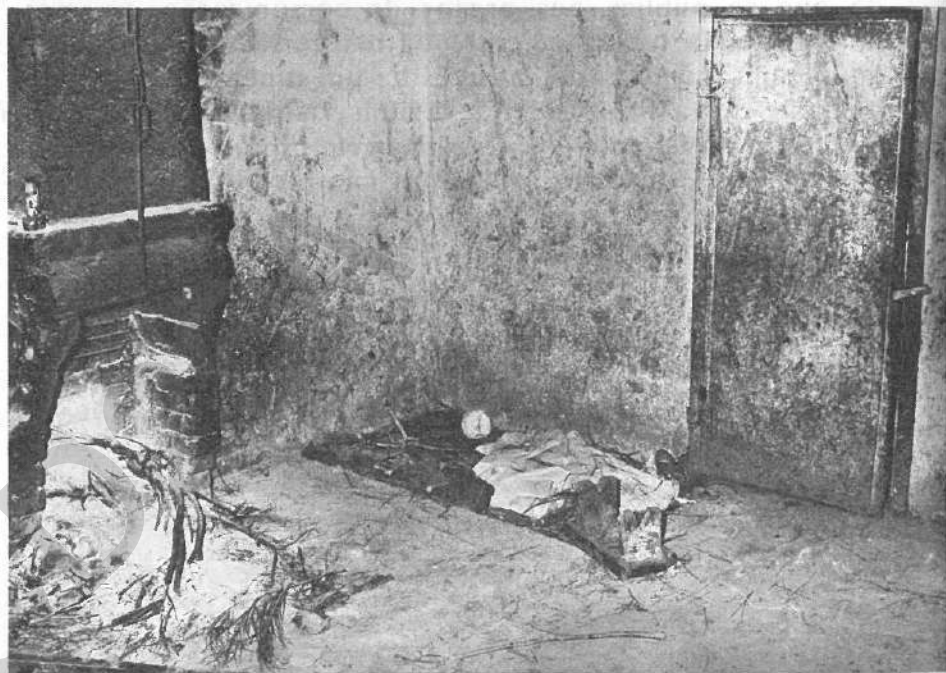
Da nossa actividade no *Correio do Povo* resultou, seguramente, para os nossos leitores, uma certeza: miséria e fascismo são termos cúmplices. E uma outra: fascismo e povo são termos antagónicos.

Um terceiro termo, porém, é, ainda, presente e urgente nos olhos destes filhos dos homens que não são meninos; termo que deverá ser presente e urgente na nossa opção definitiva.

Esse termo é: REVOLUÇÃO.



ITINERÁRIO
FOTOGRAFICO
AO LONGO DA MISÉRIA,
DO FASCISMO, DO POVO
E DA REVOLUÇÃO



MISÉRIA

Miséria rural, motor de migração interna, para as grandes cidades litorâneas, onde as populações recém-chegadas e ingênuas se vêem rejeitadas para as orlas econômico-sociais que são os bairros de lata.

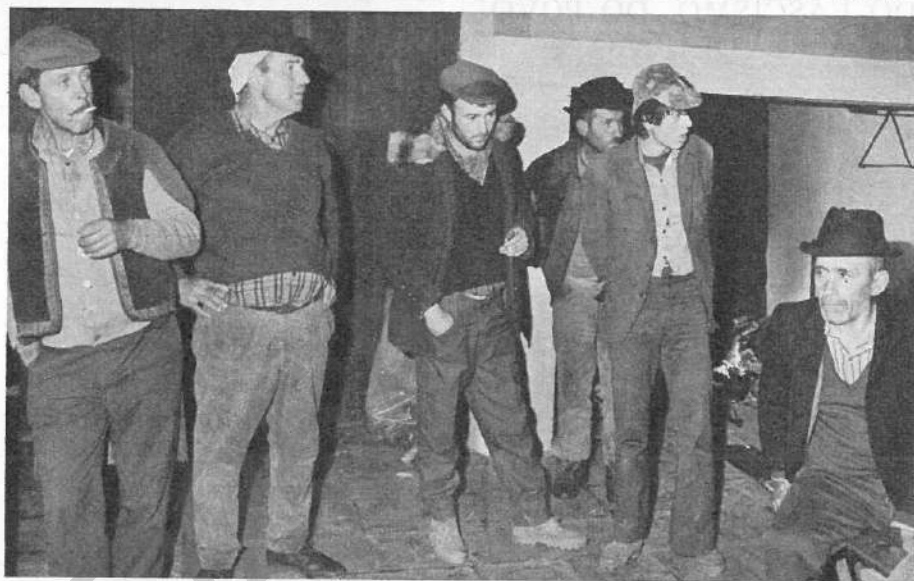
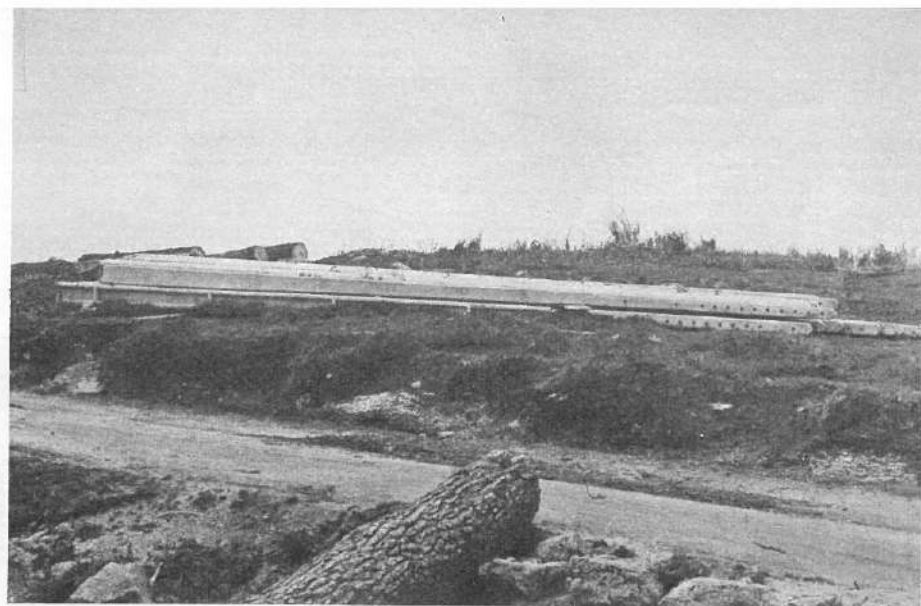
Nesses bairros de lata cresceu, com as crianças, uma outra forma de miséria, mais desesperada, mais agressiva, mais violenta. Mais reprimida.



ABANDONO, DESEMPREGO E EMIGRAÇÃO

Desde um poste à espera de ser erguido pelos serviços (in) competentes, o que significa uma aldeia (ou várias) sem luz — e tem postes assim abandonados há muitos anos — até ao abandono em que vivem tantos dos nossos trabalhadores, vítimas do desemprego, vai um caminho desesperado que conduziu à emigração de quase dois milhões de portugueses, em pouco mais de dez anos!

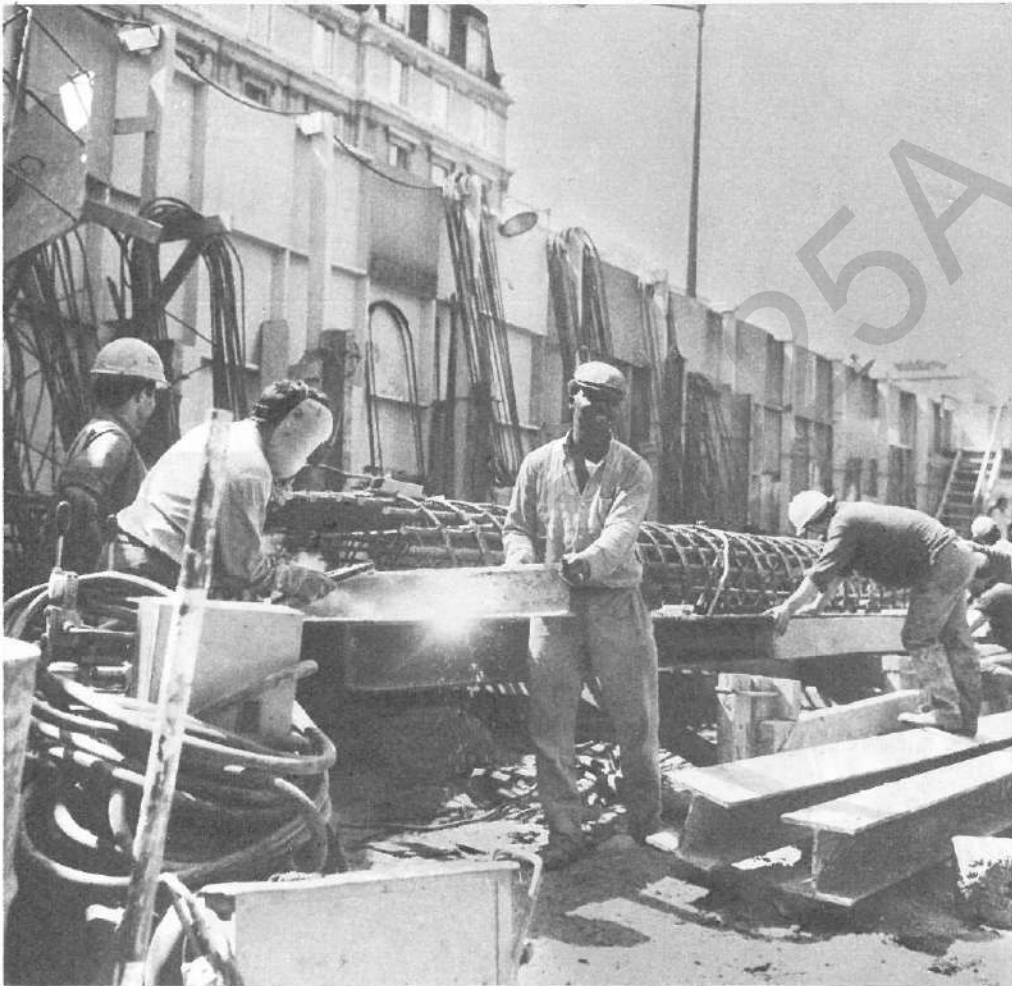
Também esse caminho tem nome: Fascismo. Colonialismo. Capitalismo. Imperialismo.



ITINERÁRIO
FOTOGRAFICO
AO LONGO DA MISÉRIA,
DO FASCISMO, DO POVO
E DA REVOLUÇÃO

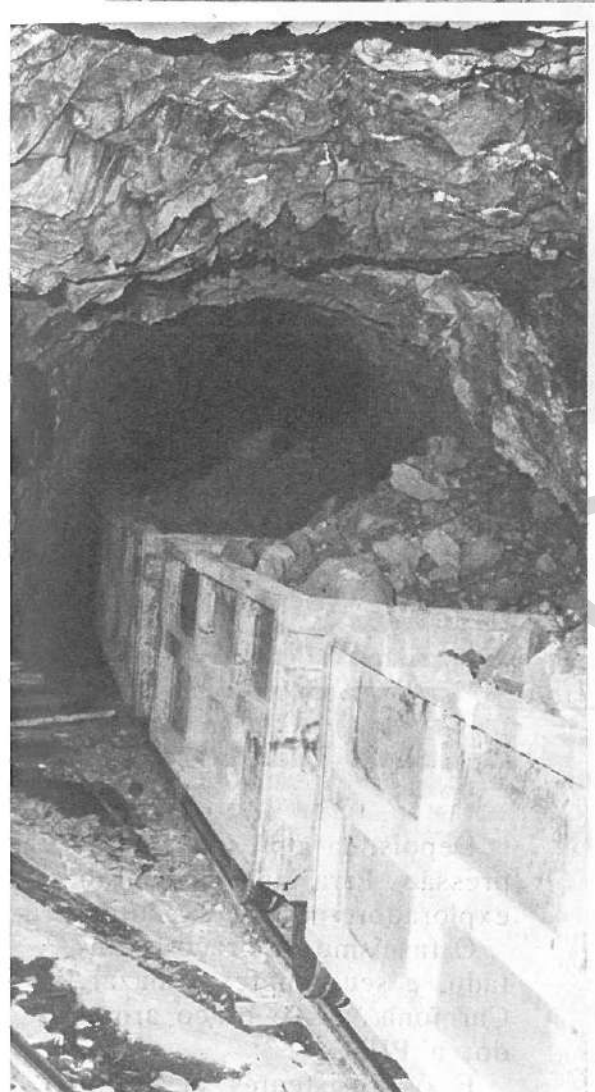


...com uma alga (ou várias)
...que faz - e tem postez
...com a salinidade da água



TRABALHO ESCRAVO

Homens, mulheres, na terra, na fábrica, no fundo da mina, no mar, trabalham, escravos de uma condição que indignifica o próprio labor. E



... quem o comanda. E quem o explora. E, oh miséria das misérias, até, quantas vezes, quem labora, vendido. Humilhado. Vencido.

ITINERÁRIO
FOTOGRAFICO
AO LONGO DA MISÉRIA,
DO FASCISMO, DO POVO
E DA REVOLUÇÃO



na nova
libres.»
situará
ão um-
s rerá
le-ativa
a da

seguida
de vida
s mono-
sidades
capitali-
peridade
ista cor-
ções in-
ento de-
todifica
e forças
allistas.»
esfera de
grava-se
lema dos

Cada condenação aplicada por um tribunal político fascista deve ser considerado como um atentado aos direitos humanos e do cidadão, como uma infração a tudo o que na vida dos povos se chama liberdade e legalidade. Pelo cometimento de tais crimes devem ser responsabilizados os seus au-

ttores.
Os «juizes» dos Tribunais Ple-
nários de Lisboa e Porto devem
ser responsabilizados pelo seu
procedimento criminoso no julga-
mento e na condenação de cente-
nas de patriotas. As maiores ile-
galidades são cometidas, verdadei-
(continua na 2.ª pág.)

aspecto p
zativo e
materiais
reunião r
o trabalh
litante co
organizaç
Partido.

OPRESSÃO E REPRESSÃO

Depois da opressão, a re-
pressão. Para além do patrão
explorador, o pide executor!

O fascismo de braço levanta-
do, e seus chefes: Salazar,
Carmona... E o braço arma-
do: a PIDE.

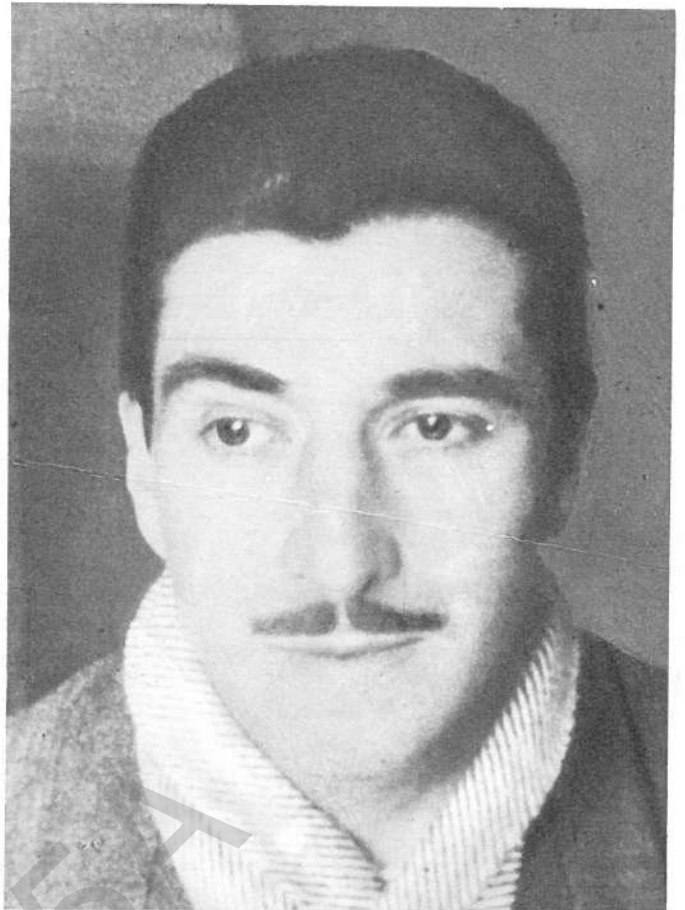
E os resistentes persegui-
dos: José Dias Coelho, abati-
do a tiro, pelas costas; e
Soeiro Pereira Gomes, morto
a monte, após seis anos de
clandestinidade.

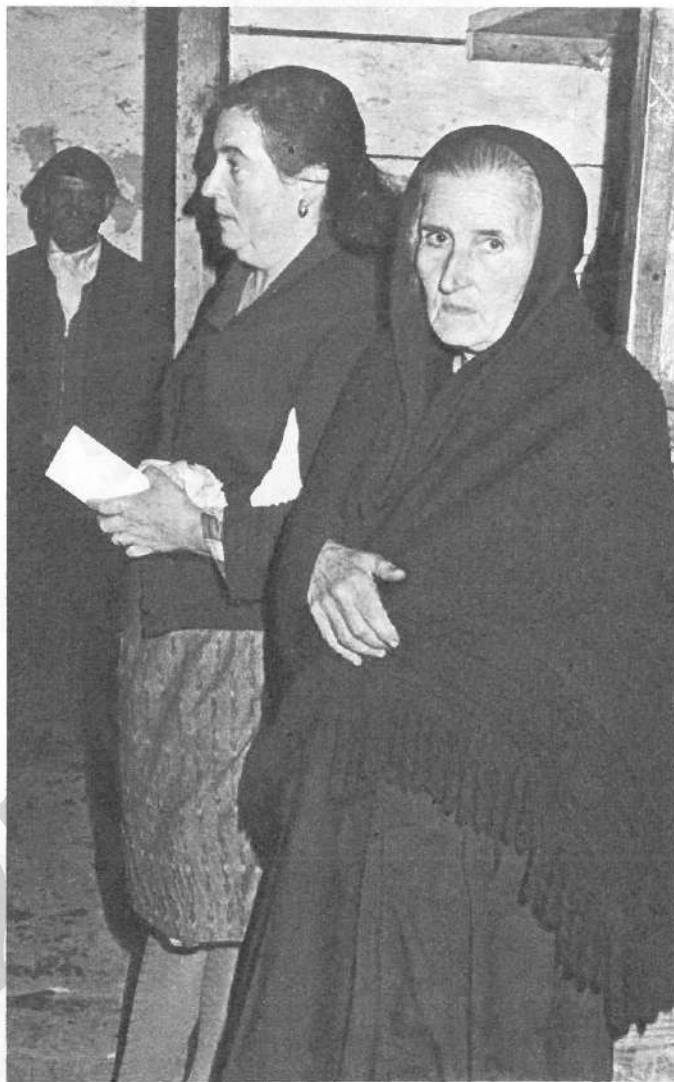
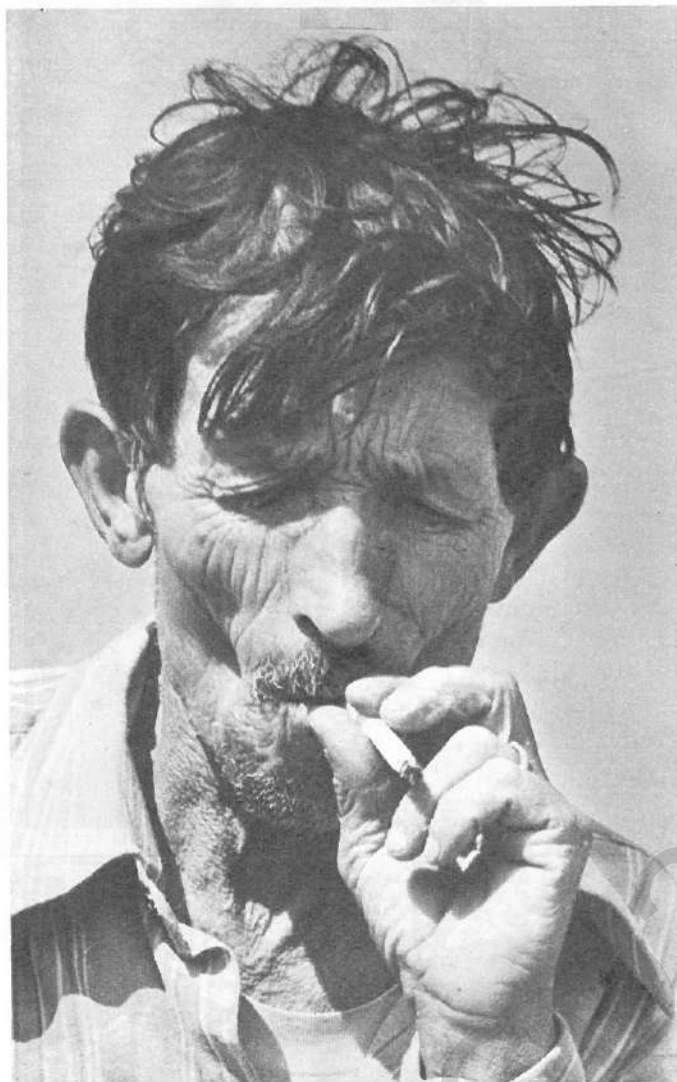
Entretanto, os pides eram
condecorados...



GRE
N

Para os
anos d
do Porto
eram obr
aulas teó
gatória fa
disto, 300
totalidade
imposiçã
e envia-
dade uma
razões da
rou seis s
tor lites g
marcadas
embora p
conta a fr
folha cor





HOMENS E MULHERES DESTE PAÍS

Povo português. Mulheres e homens deste país. O *Correio do Povo* tem sido o depositário e, mais do que o depositário, o correspondente de todos os que conosco quiserem avançar no sentido da libertação do país. Não só das chamadas garras do fascismo. Mas de todas as opressões, das quais o fascismo apenas foi um aspecto, por certo o mais repugnante mas não o menos destruidor. Queremos referir-nos ao colonialismo, de que tornámos vítimas tantos povos mas de que também o nosso povo foi vítima; ao capitalismo e ao imperialismo.

Nestes homens e mulheres encontramos a razão de ser do *Correio do Povo*. E o *Correio do Povo* encontrará razões de existir enquanto eles existirem e não decidirem que a nossa missão terminou.

ITINERÁRIO
FOTOGRAFICO
AO LONGO DA MISÉRIA,
DO FASCISMO, DO POVO
E DA REVOLUÇÃO

Os acontecimentos de 25 a 29 de Novembro

Na sequência de dois acontecimentos «explosivos», datados da madrugada de segunda-feira, 24, a saber: a ocupação, por parte de para-quedistas, de algumas bases aéreas, com a intenção, mais tarde afirmada, de demitir o chefe de Estado-Maior da Força Aérea e mais três importantes oficiais dessa arma; e a confirmação, por parte do Conselho da Revolução, do capitão Vasco Lourenço no cargo de chefe da Região Militar de Lisboa, contra a vontade manifesta de várias unidades da dita Região Militar, desenvolveram-se na capital, durante toda a terça-feira, 25 de Novembro, e dias seguintes, uma série de manobras político-militares, de que resultou a ocupação de alguns dos regimentos revolucionários de esquerda e consequente encarceramento de seus comandos principais, por forças consideradas afectas a uma linha moderada, próxima da defendida no «documento dos nove», de Melo Antunes, Vasco Lourenço, Sousa e Castro, etc.

Apesar da relativa estabilidade já conseguida, continuam a ser matéria de interrogação séria e, mesmo, de espe-

culação, os possíveis desenvolvimentos político-militares desta crise, de que o País com certeza ainda não saiu. Esta indefinição é preocupante para todos quantos vivem empenhados no avanço do processo iniciado em 25 de Abril de 1974 com rumo ao socialismo, muito especialmente para todos os trabalhadores que «o República» no seu primeiro número após o já célebre 25 de Novembro, considera «traídos», mas que foram seguramente marginalizados durante todos estes dias de manobras e operações cupulistas, que se situam, num processo deste tipo, no pólo oposto ao da verdadeira prática revolucionária.

De um dos primeiros jornais publicados após os acontecimentos «O Jornal» retiramos a «Fita do tempo» que a seguir publicamos, certos de que não será exactamente imparcial mas pelo menos susceptível de dar uma imagem não demasiadamente distorcida do que se passou efectivamente. Tanto mais que «o que se passou efectivamente», é ainda hoje, do domínio da tal matéria para séria interrogação.

FITA DO TEMPO

Terça-feira, 25

Madrugada — Para-quedistas da Base-Escola de Tancos ocupam as Bases Aéreas de Tancos, Monte Real e Montijo e o Estado-Maior da Força Aérea.

6 horas — O RALIS ocupa posições nos acessos à Auto-Estrada do Norte e ao Aeroporto da Portela e na zona de Beirolos.

— Tropas da EPAM ocupam os estúdios da TV e tomam posições na portagem da Auto-Estrada do Norte.

7 horas — Com o apoio do GDACI, as forças insurrectas ocupam o comando da I Região Aérea, em Monsanto. O general Pinho Freire é detido.

9 horas — Inicia-se em Belém, uma reunião de emergência do Presidente da República com o CR e comandos militares.

— Elementos do SDCI (Serviço de Detecção e Controlo da Informação)

barricam-se no edifício daqueles serviços, à Rua Castilho impedindo a entrada a alguns militares que lá trabalhavam.

13.35 — O Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), em nota oficiosa, confirma os acontecimentos, avisa os sublevados de que usará da força se não repensarem a sua atitude e considera a rebelião como tendo um objectivo político mais vasto que a simples contestação a Morais e Silva e Pinho Freire.

16.30 horas — O Presidente da República decreta o «estado de emergência» na região de Lisboa.

— Os «páras» sublevados difundem um manifesto em que afirmam lutar pelo socialismo «verdadeiro».

17.30 horas — Ouve-se, na rádio da PM, um apelo a forças militares não identificadas, no sentido de serem enviados reforços militares para a Emissora Nacional. Pouco depois, tropas saem da PM.

— O coronel Varela Gomes instala-se no Copcon, de onde dirige operações.

18.00 horas — O cap. Duran Cle-

mente, que dirigia a ocupação da TV, solicita, através dos «écrans» da RTP, que as massas populares se mobilizem junto dos quartéis e das estações da TV e da EN.

19.15 horas — As tropas rebeldes que ocupavam Monsanto rendem-se a uma força do Regimento de Comandos da Amadora.

20.45 — A emissão nacional da EN passa para o Porto.

21.10 — Duran Clemente explica, através da TV, as motivações para o golpe, quando a emissão prossegue subitamente dos estúdios do Porto.

— Pouco depois, o general Costa Gomes, através da TV e da Rádio, dirige uma mensagem ao País em que comunica o estabelecimento do «estado de sítio parcial» na região abrangida pelo Governo Militar de Lisboa.

22 horas — É anunciado que o general Pinho Freire retomou o comando da I Região Aérea.

22.10 — O Rádio Clube Português cessa as suas emissões.

22.20 — É anunciada a libertação da Base de Monte Real.

00.55 — A Base da Ota, ocupada durante a tarde por «páras», regressa à linha do comando legal. Para-quedistas abandonam também a Base de Tancos.

Na Região Militar do Norte:

De manhã — Comandantes de unidades da RMN reúnem com o brigadeiro Pires Veloso.

— Forças da PSP são destacadas para junto da Rádio e TV e para o Aeroporto de Pedras Rubras.

De tarde — Um pelotão blindado do Regimento de Cavalaria do Porto desloca-se para reforço à Base Aérea da Cortegaça, situada perto da capital nortenha e onde se encontravam já os 123 oficiais que haviam abandonado Tancos há uma semana.

— São deslocados para o Porto aviões de transporte da Força Aérea.

Na Região Militar do Centro:

— Soldados da PM ameaçam reprimir violentamente a projectada manifestação dos SUV para Coimbra.

— Na região de Leiria, os sinos de muitas povoações tocam a rebate e as populações começam a deslocar-se para junto da Base de Monte Real, a fim de ajudar a libertá-la.

— Unidades da RMC preparam-se para reforçar, se necessário, as forças em acção na Região de Lisboa às ordens do CEMGFA.

Na Região Militar do Sul

— A situação é calma em toda a Região e unidades de Cavalaria e Infantaria preparam-se para actuar às ordens do CEMGFA.

Manhã — À ordem do Presidente da República, tropas do Regimento de Comandos ocupam o Regimento de Polícia Militar. Do breve tiroteio desencadeado pela PM, resultam três mortos (dois comandos e um PM) e um ferido (PM). O comando do RPM é detido (majores Campos Andrada, Tomé e Cuco Rosa). É detido um civil armado.

— O major Dinis de Almeida entrega-se na Presidência da República, confessando a sua implicação no golpe sedicioso.

— A situação interna no RALIS é instável e os militares da unidade mantêm posições defensivas.

— Tropas da RMN reforçam a RML, ficando estacionadas na EPI, em Mafra, contingentes de Cavalaria e Infantaria.

— Tropas da Região Militar do Centro (de Aveiro, Viseu e Tomar) reforçam os efectivos da RM de Lisboa.

Tarde — Uma coluna de carros blindados da EPC, de Santarém, dirige-se para Lisboa, ficando estacionada no D.G.M.G., em Beírolas (próximo do RALIS).

— Algumas centenas de populares continuam concentrados na Encarnação frente ao RALIS, onde a situação é tensa e os militares continuam em posição de defesa.

— Um novo comandante (major Paz) substitui o capitão Luz do Destacamento do Forte de Almada, onde a situação tende a normalizar-se. Fuzileiros dispersam os populares que se haviam concentrado junto àquela unidade. A EPAM regressa ao comando da RML.

— O RI de Setúbal é reforçado com uma força de blindados de Cavalaria de Estremoz.

— Continuando a processar-se as reuniões de esclarecimento interno nas unidades da Armada.

Noite — a situação na base do Montijo é regularizada e esta unidade regressa ao comando da I Região Aérea.

Quinta-feira, 27

Madrugada — São enviados para o Porto, para a prisão de Custóias, algumas dezenas de militares detidos por participação na tentativa de golpe. Entre os militares detidos salientam-se os três majores da PM, o major Dinis de Almeida, o capitão Faria Paulino, o capitão-tenente Marques Pinto (importante elemento dos Serviços de Informação Militar) e Sargentos da Comissão Coordenadora de Sargentos da Força Aérea.

Durante o dia — Normaliza-se a situação no RALIS, apenas estando por normalizar a situação na Base-Escola de Tancos.

— Forças do Regimento de Coman-

dos montam, ao fim da tarde, operação de cerco ao Copcon. São detidos alguns oficiais cujas identificações não são tornadas públicas.

— Uma delegação de «páras» da Base-Escola de Tancos discute em Lisboa (com os generais Costa Gomes e Moraes e Silva) os termos das negociações para a normalização da situação naquela unidade.

— É aceite o pedido de demissão dos cargos de chefe de Estado-Maior do Exército e de comandante do Copcon, dos generais Carlos Fabião e Saraiva de Carvalho.

— É nomeado chefe do Estado-Maior do Exército, interino, o tenente-coronel Ramalho Eanes. O Copcon é integrado no EMGFA.

Sexta-feira, 28

— É anunciado o início do inquérito aos acontecimentos.

— É suspensa a publicação dos jornais estatizados e são demitidos todos os membros dos Conselhos de Administração, Direcções e Conselhos de Redacção. Entre outros motivos, é

invocada a sua «contribuição para o ambiente que culminou no golpe contra-revolucionário».

— São passados mandatos de captura contra o coronel Varela Gomes e o capitão Duran Clemente.

— O tenente-coronel Arnão Metelo, vice-primeiro-ministro do V Governo, é enviado para Custóias sob detenção.

— O primeiro-ministro, em alocução pela televisão, considera reunidas as condições para o VI Governo retomar a sua actividade.

— Demitem-se dos seus cargos os almirantes Rosa Coutinho e Filgueiras Soares. O pedido de demissão é aceite pelo Presidente da República.

— Após conversações com o coronel Almendra, a situação na Base-Escola de Tancos entra na normalidade.

Sábado, 29

— O general Costa Gomes dá posse ao novo chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Sotto Cruz.

— É levantado parcialmente o «estado de sítio» na área da Região Militar de Lisboa. A Imprensa não estatizada é autorizada a reiniciar a sua publicação.

Agostinho Neto

Mensagem ao Povo Português

Agostinho Neto, presidente do MPLA e da República Popular de Angola, o dirigente que a vanguarda revolucionária do novo país reconheceu como chefe da sua revolução, endereçou ao povo português uma mensagem de saudação. Para tanto, escolheu o *Diário de Notícias*. Escolheu o nosso jornal para dizer aos Portugueses que sabe que a posição do Governo Português ao tentar «desconhecer a genuinidade desta nova República não é a do conjunto do povo», do qual sublinha saber ter «o maior apoio e compreensão».

Agostinho Neto, porém, muito mais disse, na certeza de que a luta dos dois povos se inspira «no mesmo desejo de liberdade e de paz». E as suas palavras aqui ficam. Para reflexão. Para que reforcemos «a nossa solidariedade na luta comum contra o imperialismo» e pelo «poder popular».

«MENSAGEM AO POVO PORTUGUÊS»

«Por intermédio do *Diário de Notícias* tenho a grande alegria de endereçar ao povo português, nesta



nova etapa da luta, as mais calorosas saudações.

E seja-me permitido saudar no seu conjunto este mesmo povo, que após um convívio secular com o povo angolano e depois de ultrapassadas as barreiras do colonialismo e do fascismo, portanto, de relações injustas, está predestinado a estabelecer laços fraternos e de amizade com o povo angolano.

Declarada a independência do nosso país e proclamada a Constituição da República, o povo angolano reconhece que esta posição não é a do conjunto do povo português. Sabe que deste tem o maior apoio e compreensão e que também luta contra a reacção interna e externa.

O nosso país foi invadido a norte e a sul por forças estrangeiras e mercenárias, atacado por zairenses, sul-africanos, portugueses reacconários do ELP, e pelos fantoches angolanos. Por isso, o MPLA mobilizou o povo para organizar a resistência generalizada. E, assim, apesar da superioridade material e técnica do inimigo e da campanha psicológica infernal, a jovem República Popular de Angola resiste, tendo assegurada a vitória. O apoio maciço da população e o grande apoio externo são factores estratégicos consideráveis.

Tanto a resistência portuguesa contra o neofascismo, como a resistência angolana contra o neocolonialismo, inspiram-se no mesmo desejo de liberdade e de paz, o mesmo anseio de uma existência a que se elimine a exploração do homem pelo homem.

É a luta pela justiça.

Luta longa, mas que em cada etapa oferece vitórias e momentos de alegria.

E é porque a reacção interna e porque as forças imperialistas sabem que a vitória é inevitável, que elas desesperadamente estrebucham de violência em violência procurando ainda salvar para algum tempo o regime de exploração.

Reforcemos pois a nossa solidariedade na luta comum contra o imperialismo. Lutemos pelo poder popular.

A luta continua.

A vitória é certa.»

Agostinho Neto, Presidente do MPLA e Presidente da República Popular de Angola.

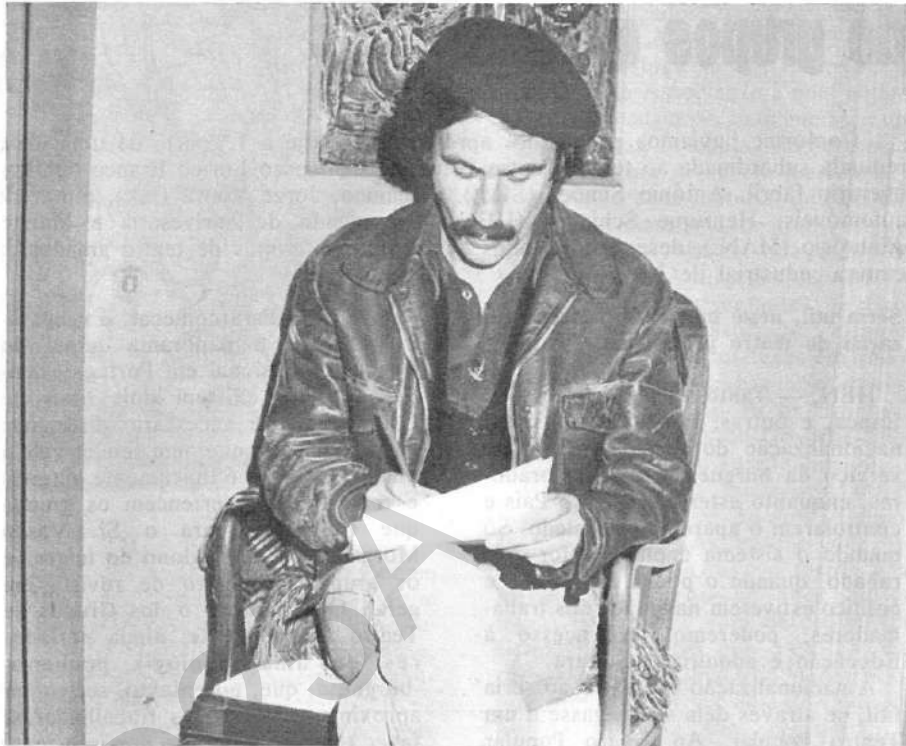
Diário de Notícias, 19-11-75

Todas as pessoas interessadas em receber gratuitamente esta revista deverão fazê-lo saber, por carta ou postal, a CORREIO DO POVO Ministério da Comunicação Social, Palácio Foz, Praça dos Restauradores, Lisboa-2. Informamos que os primeiros 8 números estão esgotados.

POESIA

VITORINO

poeta e cantor do Alentejo



Vitorino poeta e cantor. Alentejano de raiz. Muito jovem ainda, perseguido pelo fascismo, teve de emigrar por essas Franças. Mas não foi por vontade nem por gosto que deixou a sua terra. O 25

de Abril foi passaporte de regresso e a sua poesia-canto uma arma ao serviço da Reforma Agrária e da libertação dos camponeses alentejanos seus irmãos.

DIZEM PR'ÁÍ QUE CHEGOU (A TERRA A QUEM TRABALHA)

Dizem pr'ái que chegou
A liberdade apressada
Eu ainda não dê por nada
Continuo sendo o que sou

Olho aberto e mão na foice
Tenho a mesma dor nas costas
Mas eles já dão resposta
Se lhe pomos a questão
Tanta seara tanto pão
E só um dono a mandar
E lá por melhor pagar
Continua sem razão

Se foi aqui que eu nasci
Foi aqui que eu aprendi
A cansar-me e a suar
Se esta terra já conhece
As minhas mãos e os passos
Que lhe dou alegre ou triste
E o patrão não desiste
De dizer que é tudo dele

Agora pia mais fino
Já não há tanto assassino
À solta por esses campos
Juntamos os nossos ódios
As nossas foices e braços
Nossos destinos e vamos
Gritar a essa canalha
A terra a quem trabalha
A terra a quem trabalha

SÃO SAIAS, SENHOR, SÃO SAIAS

São saias, senhor, são saias
Para bailar ao sol pôr
Se não largas as searas
O baile será pior

De que serve o manageiro
Se quem trabalha é a gente
Não precisamos de donos
Sozinhos estamos contentes

O Redondo tem um largo
E vila, não é cidade
Os ricos já lá não mandam
Quem brilha é a mocidade

TEATRO POPULAR

Mesa redonda com representantes de grupos amadores

Conforme havíamos prometido, apresentamos hoje a 1.^a parte de uma mesa redonda subordinada ao tema «Teatro Popular». Conosco Eurico Branco (OUR.), operário fabril, António Simões (SIM.), mecânico, Jorge Vieira (JO.), pintor de automóveis, Henrique Schiappa (HEN.), empregado de ourivesaria e Manuel Ambrósio (MAN.), desenhador, todos eles ligados a grupos de teatro amador da cintura industrial de Lisboa.

Seria útil, neste momento, a nacionalização do teatro profissional?

HEN. — Tanto a nacionalização da Banca, e outras, como uma possível nacionalização do teatro, estarão ao serviço da burguesia, dos exploradores, enquanto estes dirigirem o País e controlarem o aparelho de Estado. Só quando o sistema capitalista for derubado, quando o poder económico e político estiverem nas mãos dos trabalhadores, poderemos ter acesso à Educação e adquirir a Cultura.

A nacionalização do teatro só seria útil, se através dela se chegasse a um Teatro Popular. Ao Teatro Popular cumpre-lhe desmascarar a burguesia, o que evidentemente não interessa a esta.

SIM. — Se a nacionalização do teatro fosse feita em moldes correctos, seria até bastante proveitosa. Mas não acredito que isso seja possível, por agora, pois a própria «Lei do Teatro», da qual muito se falou, ficou na gaveta, por ser demasiado progressista. Esta lei proibia que qualquer indivíduo pudesse ter mais de duas salas de espectáculo, e mesmo essas teriam de estar à disposição dos grupos de teatro que lá quisessem representar.

JO. — Quanto a mim era preciso, primeiro, nacionalizar, ou melhor consciencializar os trabalhadores do teatro, para eles trabalharem bem.

MAN. — Penso que, se a nacionalização puder ser feita, há que aproveitar através de um controlo operário sobre o Teatro do Estado.

SIM. — Se os trabalhadores conseguissem pressionar essa nacionalização, é natural que ela ficasse bem feita. No entanto, neste momento, seria difícil que o controlo fosse eficaz.

Como se efectuariam a nacionalização do teatro profissional, nos moldes correctos de que falou o Simões?

MAN. — Para começar, é necessário analisar o panorama actual do Teatro Profissional em Portugal, dentro do qual existem dois tipos de Grupos, que é necessário distinguir: ao primeiro, de que nem sequer vale a pena falar, pois é tipicamente burguês e reaccionário, pertencem os grupos que trabalham para o Sr. Vasco Morgado, o grande dono do teatro, e os grupos de teatro de revista em geral. O segundo é o dos Grupos de Teatro Independente, ainda portadores de uma ideologia pequeno-burguesa, que, no entanto, se tentam aproximar das classes trabalhadoras, fazer teatro popular, e por isso mesmo podem ser recuperáveis pelo povo.

Como colocar do lado do povo esses Grupos que vocês consideram recuperáveis?

SIM. — Os livros do ensino dizem que, em Portugal, fazem Teatro Popular, grupos como a Comuna e os Bonecreiros. Ora, eu já vi espectáculos destes dois grupos e ainda dos Cómicos; achei que eles representam muito bem, mas confesso que não compreendi as peças. Se isto é teatro popular, então eu não sou elemento do povo.

OUR. — Não há dúvida que estes grupos não fazem teatro com um espírito operário. Nem o Governo, nem ninguém, poderá obrigá-los a fazer teatro para os trabalhadores, porque eles estão num ciclo vicioso, que é o CICLO DO DINHEIRO: a actual sociedade portuguesa apresenta-lhes condições que lhes permitem ganhar dinheiro. Por isso eles não podem estar ao lado do povo que, pelo contrário, é explorado e roubado daquilo que produz.

SIM. — Os elementos enraizados na sociedade burguesa, terão de dar lugar àqueles que estejam seriamente interessados em fazer teatro para o povo. Actualmente a maioria dos grupos Independentes fazem os seus

espectáculos para meia dúzia de amigos pequeno-burgueses. O que faz com que eles próprios digam que já conhecem a cara de todos os seus espectadores. Será que os Grupos de Teatro amador conhecem todo o seu público, fora do bairro ou aldeia onde trabalham?

MAN. — Aliás, quanto a mim, a verdadeira cultura popular é criada pelos operários e pelos camponeses.

Quer isto dizer que, na vossa opinião, se deve acabar com os Grupos Profissionais, e que o Teatro deva somente ser feito pelos Amadores?

OUR. — Quem pode fazer teatro são somente os grupos amadores, aqueles que LUTAM NA LUTA DO POVO e não pelo PODER DO DINHEIRO. Porque aquela pessoa, ou aquele Grupo, que queira fazer verdadeiro teatro, não olha a dinheiro.

SIM. — Nesse ponto parece-me que estás errado. Se existirem condições para que haja pessoas que se dediquem exclusivamente ao Teatro, os trabalhadores merecem isso. Merecem até mais do que isso: merecem tudo, pois que SÃO ELES QUE TUDO CRIAM.

Como devem portanto agir os Grupos Profissionais que queiram estar ao lado do povo?

— Que vão fazer teatro para onde os Grupos Amadores o fazem: onde ele é mais necessário e não onde existem condições ideais para o espectáculo. Não deve acontecer, como agora, que eles que são pagos com o dinheiro dos trabalhadores, se recusam a ir onde não exista um bom palco e condições técnicas luxuosas.

Que aprendam com o exemplo dos Grupos Amadores, que saem de Lisboa sexta à noite, metidos numa carrinha Volkswagen, aos 10 e 20 lá dentro, com material e tudo, e só voltam no domingo à noite, para irem trabalhar segunda de manhã. É importantíssimo descentralizar o Teatro, para que ele possa chegar aos trabalhadores do Minho ao Algarve, e não só àqueles que vivem nas grandes cidades.

Durante a representação, em cena, os elementos deste género de Grupos — Comuna, Bonecreiros, etc... — nunca podem sentir tanto os problemas dos trabalhadores como os próprios trabalhadores. No entanto, se entrarem em debate com o público, depois da peça, podem chegar a fazer Teatro Popular.

«Nós quisemos dizer isto... isto... e isto. Será que conseguimos? Onde estiveram os nossos erros?». É necessário honestidade, por parte do Grupo, nesse debate. Discutir sempre as críticas que foram feitas, e transfor-



mar o trabalho quando elas forem justas. Mas os operários e camponeses, também, têm os seus vícios, e um deles é uma certa dificuldade em entrar em debate, em falar à frente de muita gente. Os Grupos devem estudar esse facto, e ver porque é que tal acontece, para o saberem evitar.

Estas orientações também se podem aplicar aos Grupos de Teatro Amador, aliás porque ainda há muito poucos que estejam a trabalhar em verdadeiras obras de Cultura Popular, porque elas ainda não existem, ou melhor, é natural que estejam a dar os primeiros passos, naqueles grupos que debatem correctamente o seu trabalho e avançam com criações colectivas.

Conheces exemplos de Grupos Profissionais que estejam a trabalhar bem?

SIM. — Em Évora foi criado um Centro Cultural, que incentivou, de facto, o Teatro nesta cidade. Para já deviam ser criadas Companhias semelhantes em muitas outras localidades, e obrigados a irem para lá todos esses intelectuais que se passeiam por Lisboa, cheios de ideias. Não vejo também razão para que nesses centros só funcione o Teatro, já que o teatro é só um dos factores da Arte, em si. E se as pessoas quiserem cantar, aprender música, ler ou pintar?

Queria também citar o exemplo do T.E.C. (Teatro Experimental de Cascais), uma Companhia que dinamizou bastante o teatro na sua zona. Esta Companhia cede a sala por ela ocupa-

da a todos os Grupos que não tenham local para ensaiar, cede-lhes todo o material necessário, e ainda especialistas em iluminotécnica e sonoplastia, que apoiam os amadores nos seus espectáculos.

O que é mais grave é que esta companhia pediu um subsídio para continuar o seu trabalho, e este não lhe foi concedido. Mas, tanto o TEC como todos os Grupos por ele apoiados entraram em pé de guerra e o subsídio já chegou.

Vamos agora falar das necessidades mais urgentes e prementes do Teatro Amador.

SIM. — O problema da falta do tempo disponível, é um dos que mais prejudicam o Teatro Amador. Para o resolver, só a nível nacional: que os indivíduos ligados ao Teatro fossem dispensados algumas horas dos seus empregos, para se aperfeiçoarem e conseguirem para os seus Grupos o melhoramento técnico, de que eles necessitam. Isto, por agora, é evidentemente impossível, porque os capitalistas e a maioria dos patrões só vêem o lucro e estão-se bem nas tintas para a Cultura do Povo.

Outro grande problema é o do apoio monetário, sobretudo do apoio em material. A todo o Grupo faz falta um gravador para produzir os sons que são necessários na maioria das peças, e também material de ilumino-técnica, menos um ou dois projectores embora pequenos. Há quem diga que o Teatro Amador se

aburguesa, quando começa a ter material, no entanto, julgo que um teatro é ou não burguês consoante o seu conteúdo, e não por ter, ou não ter, um projector.

Para obterem este apoio monetário, os Grupos Amadores precisam de estar organizados numa associação, que já existe, e se chama APTA (Associação Portuguesa de Teatros Amadores). Esta Associação à qual podem ser postas algumas reticências, funciona graças às quotas dos Associados (50\$00 por mês) e a subsídios do Governo, e cede material aos Grupos que já tenham demonstrado algum trabalho, ou a outros, que sejam da sua confiança. A direcção da APTA é formada por representantes de Grupos de Amadores associados, elementos que têm todo o interesse em que o Teatro seja incentivado. Se muitas vezes não podem apoiar os Grupos é porque os senhores do Governo também não os apoiam suficientemente...

HEN. — Acho que devia haver uma Associação de Teatros Amadores, mas uma Associação que os apoiasse quer eles fossem sócios quer não o fossem; e que não lhes pedisse nada, pois não é com os 50\$00 dos Grupos de Teatro que a APTA vai comprar todo o material necessário, mas sim com os subsídios do Governo. Devia, isso sim, pressionar o Ministério respectivo, para que ele financiasse capazmente.

SIM. — Quanto aos Grupos serem ou não sócios, julgo que, neste momento, todos os Grupos se devem associar na APTA, porque só unidos e de uma forma organizada, eles podem avançar e, para além disso, quantos mais forem, mais forte será a APTA. Devem confiar numa direcção que esteja à frente e, se não confiarem devem correr com os elementos que lá estão para porém outros que sejam do seu agrado. A APTA espera ter, dentro de algum tempo, 3000 sócios, o que seria um bom sinal. Quanto à quota que se paga, não te esqueças que são 50\$00 que, divididos pelos membros do grupo vai dar pouco a cada um por mês.

MAN. — A sociedade socialista constrói-se sobre a sociedade capitalista. Portanto há que aproveitar essa APTA e pô-la ao serviço do Teatro Popular, se ela não o está já. Vamos pegar no que nos dão e aproveitá-lo para nosso próprio benefício.

SIM. — Seria também necessário criar uma estrutura que tornasse possível aos teatros amadores o acesso à Informação. Sobre este ponto, tínhamos o caso da Rádio Renascença mandávamos para lá um comunicado

(Cont. na pág. 32)

1668-1750

Ascensão da burguesia

Depois de 28 anos de guerra com a Espanha a situação saldava-se por uma série de problemas para os quais os reis tinham de encontrar solução.

Foram praticamente 88 anos de sacrifício (1580-1668) que o povo teve de suportar.

A paz com a Espanha foi assinada em 1668. A independência nacional teria de ser consolidada com uma política de desenvolvimento interno que envolvesse igualmente todas as classes sociais.

Porém isso não aconteceu porque os sacrifícios foram exigidos só a alguns.

A burguesia e parte da nobreza,

Uma coisa era certa: não se poderia manter a velha economia rural. A solução, estava, pensava-se, no desenvolvimento industrial e comercial, que devia englobar todos os grupos sociais, mas que afinal foi feito com o sacrifício das classes mais desfavorecidas.

Pela Europa corriam ideias económicas conhecidas pelo nome de Mercantilismo, segundo as quais um país seria tanto mais rico quanto maiores fossem as suas reservas de metais preciosos.

Para atrair estas riquezas era necessário desenvolver a produção de tal maneira que aumentassem as exportações e diminuíssem as importações.

A concretização destas ideias exigia o desenvolvimento industrial, comercial e agrícola.

A tentativa deste desenvolvimento foi posta em prática em Portugal pelo conde da Ericeira.

No campo industrial foram fundadas várias manufacturas que aumentaram a produção sobretudo de tecidos, papel, vidros, refinação de açúcar, tabacos, etc.

O aumento da produção era difícil nesta altura em que ainda não existiam máquinas e todos os trabalhos, tirando a força do vento e das correntes de água, eram feitos empregando a força muscular. Por isso chamamos manufacturas às oficinas instaladas em grandes casas onde trabalhavam vários operários.

Anteriormente a produção era caseira, artesanal. Quer dizer, o homem dos ofícios executa na sua própria casa as obras encomendadas.

Com a manufactura já assim não acontece porque é o operário que se desloca para a oficina e trabalha aí em

enriquecidos com o comércio e indústria foi quem tudo beneficiou.

Pouco a pouco a posse de capitais vai modificando a sociedade portuguesa. A nobreza de sangue, cuja riqueza era baseada na propriedade de terras, vai ser substituída por outro tipo de nobreza baseada nos cargos públicos. A velha elite nacional sucumbiria agarrada aos pergaminhos e títulos se não se tornasse, ela também, comerciante.

A função passa a ser mais importante que o nascimento e a ela passam a ter acesso pessoas provenientes de outras camadas sociais.



Sebastião José de Carvalho e Mello (Marquês de Pombal)

artesanal tenha desaparecido totalmente com esta inovação. Isso só irá acontecer conjuntamente com muitos outros companheiros do mesmo ofício.

Não quer isto dizer que o trabalho cer gradualmente, com a introdução e aperfeiçoamento da máquina.

Esta nova forma de produção fez prosperar os que tinham dinheiro suficiente para montar tal sistema e arruinou o pequeno produtor, o artesão que não pode competir nem em preços nem em quantidade.

O fidalgo, para sobreviver, tem de se tornar mercador, empresário, industrial, funcionário público.

Quanto aos burgueses «mais ricos em dinheiro do que em nobreza...» irão pouco a pouco adquirindo os privilégios da classe nobre.

O grande burguês capitalista exercia a sua actividade tanto no continente como nas colónias movimentando mer-

cadorias de alto valor como sal, vinho, ouro, escravos, etc.

Os pequenos e médios produtores arruinados constituíam a maior parte da mão-de-obra. Os restantes homens das classes populares dependiam ou do clero ou da nobreza, esmagados pelas relações de dependência que os mantinha num estado de miséria e ignorância para mais facilmente poderem ser explorados. Deste tipo de relações ainda se pode ver vestígios em certas regiões do nosso país.

Por outro lado os títulos da nobreza (conde, marquês, visconde, etc.) vão perdendo pouco a pouco a importância. Certos cargos que só podiam ser ocupados exclusivamente por nobres passam a ser desempenhados pela burguesia que os adquire por compra ou porque para eles é designado por ser mais competente.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA CRIAM CULTURA BURGUESA

O desenvolvimento comercial e industrial exige indivíduos bem preparados com uma formação específica para determinadas funções. O próprio serviço militar sofre alterações profundas e os cargos de comando deixam de ser dados exclusivamente aos nobres e são entregues aos mais aptos, aos conhecedores das novas tácticas de guerra que o novo armamento exige.

A necessidade de homens preparados para diversas funções exige também um plano educacional. Todo o desenvolvimento cultural irá beneficiar determinadas camadas sociais ricas. O povo, esse continuava afastado das «luzes», da cultura.

Os homens seriam tanto mais felizes

(Cont. na pág. 32)

PODER POPULAR é um espaço onde incluiremos trabalhos nossos e cartas dos leitores, procurando dar notícia da implantação e desenvolvimento de núcleos de poder popular, suas vitórias e dificuldades encontradas; e esclarecer, por outro lado, todas as dúvidas que nos forem sendo postas.

O QUE DIZEM OS TRABALHADORES

Penso que o poder popular é o poder que os trabalhadores deveriam ter.

As Comissões de Moradores e certas acções que desenvolvem, como por exemplo, as ocupações das casas, são formas de poder popular.

Os trabalhadores têm capacidade de se organizar. É necessário que em grupos pequenos, em cada sector, os trabalhadores vão tomando iniciativas. Há aqueles que se dizem trabalhadores e não o são. Há os que só pensam em direitos e esquecem os deveres. Há os que dizem uma coisa e fazem outra. Têm de ser os trabalhadores conscientes e coerentes, aqueles a quem podemos confiar a orientação das coisas.

Eu acredito que será possível termos o poder popular havendo unidade e compreensão e, sobretudo, sentido de justiça. Tudo isto orientado e organizado pelos trabalhadores, sem terem os de cima a mandar.

*Fernanda Adriano
Manipuladora*

Não sei bem o que é o poder popular mas, para mim, penso que isso quer dizer o povo a mandar.

Não quer dizer que seja o povo a mandar em tudo de qualquer maneira e ao mesmo tempo.

Mas há coisas e, uma coisa é certa: só nos conseguimos organizar se perdermos o medo de fazer as coisas e quando acreditamos que somos capazes de nos organizarmos.

Também é preciso a gente fazer o que diz. Ou seja, começarmos nós a realizar o que apregoamos porque o que mais se ouve e se vê para aí é gente a defender os trabalhadores e os pobres e, no fim, não fazem nada do que dizem ou fazem o contrário.

*Maria Isilda
Empregada da limpeza*

Poder popular? Eu nunca ouvi falar nisso, nem sei o que é.

*Lurdes
cozinheira da cantina*

«Nesta hora só um poder popular forte e organizado pode garantir a defesa da revolução, a defesa do próprio povo. Num dos últimos plenários do bairro alguém dizia que, depois do 25 de Abril, nunca mais se viu a autoridade. Daí essa vaga de violência e vandalismo a que ultimamente assistimos. Só o poder popular se lhe pode opor.

Por outro lado é preciso evitar que a autoridade de que se fala muito ultimamente se vire contra o povo. Era uma autoridade assim que existia antes do 25 de Abril. Para isso é preciso que o povo trabalhador organizado de forma unitária e apartidária tenha poder.

No meu entender, actualmente, este poder popular pode avançar sobretudo através das comissões de trabalhadores, nas empresas. Nas assembleias e comissões de bairro as pessoas aparecem menos e são muito mais possíveis os boicotes por parte de pessoas de que maneira nenhuma parecem estar interessadas no poder popular. Ainda na última assembleia plenária do nosso bairro apareceram 4 pessoas, que antes nunca tinham aparecido, nitidamente com a intenção de boicotar aquilo que estava a ser discutido: a vigilância o

Já o mesmo não acontece a nível das empresas. Aí tenho sentido os meus colegas de trabalho muito mais interessados. Actualmente os trabalhadores são capazes de ultrapassar o simples aspecto reivindicativo para se preocuparem com coisas muito mais sérias. Por exemplo, oiço dizer muitas vezes aos meus colegas de trabalho: «se não defendermos a empresa, não nos poderemos defender a nós!»

Há nesta zona uma empresa que trabalha com madeiras, em que os trabalhadores começaram com piquetes de vigilância no 11 de Março e nunca mais pararam com eles. Numa destas noites foram encontrar dentro do recinto da fábrica três sujeitos de pilha na mão. Não os apanharam. Mas quando agente sabe, por exemplo, de todos os incêndios que tem havido em fábricas, fica a pensar. Na minha empresa estamos agora a lutar para que a Siderurgia Nacional nos dê trabalho. Estamos praticamente nacionalizados e a Siderurgia Nacional também. Ora, a Administração desta, pretende confiar o trabalho da nossa especialidade a uma outra empresa dominada por capital estrangeiro. Nem nós nem a comissão de trabalhadores da Siderurgia estamos de acordo e é em conjunto que estamos a lutar.

O que acontece é que quanto mais poder popular há numa empresa mais ela é boicotada pelas direcções capitalistas de outras fábricas. É o que está a acontecer no nosso caso.

Apesar de ser mais difícil, também tem de se avançar a nível de bairro. Há muitos trabalhadores que julgam que esse trabalho é secundário e isso pode ser perigoso. No nosso caso temos avançado alguma coisa. O último trabalho que fizemos sobre a habitação foi realmente um trabalho feito pela base. Estamos agora a tentar avançar do mesmo modo na questão da vigilância. Já ficou decidido que aqueles que dele se encarregarem têm mesmo de ser eleitos pelas pessoas e terem a sua total confiança. Mais tarde tentaremos avançar sobre outros aspectos, como o ensino, por exemplo. Tentaremos igualmente chegar logo que possível à comissão e plenário de freguesia e, depois de concluído.

Os órgãos de poder popular, unitários, apartidários e democráticos, comecem portanto a delinear-se a nível local.»

operário da SOCARMAR

Ano e meio após a arrancada de uma «revolução» que tem sido ambígua e hesitante, as formas de poder popular são ainda bastante novas e recentes.

Do ponto de vista de estruturas, contam-se as Comissões de Trabalhadores e Moradores, os Conselhos de Aldeia e as Cooperativas assim como os Sindicatos, embora estes na maior parte dos casos, se integrem na rodagem da sociedade existente, escapando, enquanto tais, ao poder revolucionário dos trabalhadores. Eles são o que são como estrutura social, com o seu peso e a sua história impondo-se, na sua orgânica e mecanismo aos trabalhadores que se limitam a criar condições para assegurar eficazmente as suas reivindicações. De igual modo recente são as formas de exercício desse poder: controlo da produção, defesa da empresa, vigilância popular. Trata-se de formas que implicam a mobilização constante e permanente dos trabalhadores, o que supõe um esforço de consciencialização permanente que ultrapassa muitas vezes os meios de que os operários dispõem.

Finalmente importa ter em conta que o poder popular, no seu desenvolvimento se defronta com dois inimigos, levantados pela burguesia capitalista. Por um lado o boicote através do qual se tenta roubar à classe operária os meios materiais para que o exercício de seu poder seja eficaz; por outro lado, os atentados directos de que os operários são alvo para os desencorajar e vencer. É por isso que o poder popular se pode definir como uma luta sem tréguas que os trabalhadores têm de travar para vencerem o capital.

(Voz do Trabalhador, jornal da liga operária católica.)

COMISSÃO DE MORADORES EM FORMAÇÃO

Aqui Borba de Godim
Vila da Lixa
14 de Outubro 1975

Serve esta para agradecer, a fornada de Revistas (14) em dobrado, por serem dois números que nos enviaram.

Foi uma alegria.

Agarramo-nos a estudar reunidos, a coisa.

Vamos organizar a Comissão de Moradores, se a letra der com a careta.

As Forças Armadas (um grupo, estiveram cá).

Muitos não acreditam, nem metem isto na cabeça, nem a pico.

Queremos que as Forças Armadas venham até nós, outra vez. A quem se deve escrever?

Olhe: nós temos um grupo de 40 homens que querem construir suas casas, em terrenos que compraram há anos largos. Quem manda não deixa.

O que nesse tempo se fazia por cem contos, agora nem por trezentos!!! Ponha isto no Correio do Povo. Antes do 25 não deixavam, depois do 25 não deixam.

Ora 40 casas novas é o mesmo que

oitenta casas em acção: davam lugar a oitenta famílias.

Não deixam: que diabo de política é esta?

Nem comem nem deixam comer, e gastam o tempo em comícios.

Pôrra para tanto comício!!!

Digam aí, como se arrebenta com isso.

Começámos as obras sem licença de ninguém?

Se vier cá a engenharia, corremo-los à pedrada?

Aqui Borba de Godim.

Quem foram as Forças Armadas que aí estiveram? Como é que foram aí parar?

Quem não deixa construir? Porquê? É necessário que as pessoas se reúnam, e esclareçam e decidam o que se há-de fazer.

Força com a Comissão de Moradores, que seja apoiada pelo máximo de povo possível e em frente com as realizações!

CULTURA (Cont. da pág. 29)

e eles transmitiam. Agora destruíram os emissores...

Lembro-me que há algum tempo, precisámos de pôr um anúncio para um espectáculo lá na nossa zona, num jornal e custou-nos 125\$00! Começámos a olhar uns para os outros e dissemos: «Mas nós não temos dinheiro».

MAN. — Eu até propunha que se criasse uma revista que congregasse os Grupos de Teatro Amador, onde se focassem todos os seus problemas, onde fossem apontados novos caminhos, onde existisse um amplo debate.

JO. — Eu creio que, em primeiro lugar, é preciso incentivar a criação de novos Grupos de Teatro Amador. Para isso é necessário que todos os Grupos já existentes, viajem bastante pelo País, e trabalhem sobretudo onde o Teatro está mais atrasado.

Se numa aldeia se criar um grupo, a peça por ele apresentada deve ser uma criação colectiva que ilustre os problemas da aldeia, mas não se limite a isso, apresente soluções, ensine também os caminhos para resolver os problemas que se deparam na vida das pessoas.

Se vão representar a outra aldeia onde ainda não haja teatro devem dizer:

«Nós viemos aqui mostrar-lhes quais são os nossos problemas, porque, no fundo, são também os vossos. Mas nós, na nossa aldeia, já criámos um Grupo de Teatro para consciencializar as pessoas dos caminhos a seguir; e vocês, por meio de um Grupo de Teatro, aqui criado, podem dizer muita coisa ao resto do povo da vossa aldeia».

E tudo isto se torna muito fácil, porque não há nada que as pessoas mais gostem, no mundo, do que aprender e ensinar. Por exemplo, na oficina, o oficial diz: «Olha é assim que se faz». E o aprendiz gosta de aprender e vai logo dizer ao outro aprendiz: «Olha isto faz-se assim».

A isto chama-se: aprender, para ensinar logo de seguida.

FILIPÉ ROCHA DA SILVA

HISTÓRIA (Cont. da pág. 30)

quanto mais «iluminados», quer dizer quanto mais cultos.

Mas a cultura era vedada às gentes do povo. Eles não tinham acesso à felicidade. E pouca gente se importava com isso.

Os filhos dos burgueses ou da nobreza iam estudar para universidades estrangeiras e, quando de lá regressavam ocupavam cargos importantes.

Para pôr em prática as teorias mercantilistas era preciso:

- mão-de-obra barata e disciplinada;
- intervenção do Estado para garantir a obtenção de metais preciosos;
- fundar novas indústrias e desenvolver as já existentes;
- subordinar os salários dos trabalhadores à lei da oferta e da procura (a força do trabalho passa a ser considerada uma mercadoria sujeita às altas e baixas dos preços).

Em suma, um aparelho perfeitamente montado para protecção de certos sectores da população e exploração de outros.

Para que o plano resultasse plenamente o Estado teria de ser forte com um aparelho repressivo das classes trabalhadoras e protector dos exploradores.

Portugal não possuía metais preciosos. Para os atrair era necessário que as exportações fossem maiores que as importações. Além disso teria de se obrigar os Portugueses a consumir os produtos nacionais e limitar a entrada de estrangeiros.

Desde a primeira dinastia (1143-1385), que os reis se viram obrigados a legislar para pôr cobro ao costume de vestir luxuosamente, porque era considerado imoral e mau exemplo para os humildes. Estas leis eram chamadas pragmáticas. A partir de D. Pedro II foram publicadas algumas destas leis, não com o sentido moral de outrora, mas para desenvolver a produção nacional e impedir as importações.

Na verdade estas leis nunca conseguiram uma aplicação prática total, porque os produtos proibidos eram introduzidos no País através do contrabando.

Como quem consumia tais produtos eram os ricos, a lei, na maior parte dos casos, fechava os olhos.

(Cont. no próximo número)

CONSERVAS DE PEIXE

pratos mais gostosos
e variados

OVOS RECHEADOS A COSTA VERDE

Aperitivo para 4 pessoas

2 latas de filetes de anchova enrolados
1/2 lata de atum em azeite
4 ovos cozidos
100 g. de azeitonas pretas
1 colher (chá) de mostarda
3 colheres (sopa) de azeite
2 colheres (sopa) de conhaque
salsa picada, pimentos, morrones ou concentrado de tomate
pimenta

Corte os ovos ao meio no sentido do comprimento e retire as gemas cuidadosamente.

Num almofariz pise as gemas, os filetes de anchova (com as alcaparras), o atum escorrido e as azeitonas sem caroço. Quando tudo estiver reduzido a uma pasta espessa, junte o azeite e o conhaque, mexendo como para uma maionese. Tempere com a mostarda e pimenta. Encha os ovos com este preparado. Polvilhe com salsa picada e enfeite com um quadradinho de pimento morrone ou um bocadinho de concentrado de tomate.

Sirva bem fresco.

SARDINHAS COM FEIJÃO FRADE A ALGARVIA

Para 4 pessoas

2 latas de sardinhas em azeite
250 g. de feijão frade demolhado
1 ovo cozido
4 colheres (sopa) de azeite
2 colheres (sopa) de vinagre
2 cebolas
1 dente de alho
1 cravo de cabecinha
salsa
sal e pimenta

Coza o feijão em água com um fio de azeite e uma cebola cravejada com o cravo de cabecinha. Quando o feijão estiver aberto tempere com sal.

Entretanto, pique a outra cebola, o dente de alho, um ramo de salsa e o ovo cozido.

Misture tudo e junte o azeite e o vinagre e tempere com sal e pimenta.

Depois do feijão cozido, escorra (se quiser pode aproveitar o caldo da cozedura para fazer uma sopa) e coloque-o numa saladeira. Abra as latas de sardinhas e disponha-as em flor sobre o feijão. No centro deite o molho preparado. Sirva quente.

Experimente uma esta semana

FUNERAL DE UM CAMPONÊS

Esta cova em que estás
Com palmos medida
É a conta menor
Que tiraste em vida

É de bom tamanho
Nem largo nem fundo
É a parte que te cabe
Deste latifúndio

Não é cova grande
É cova medida
É a terra que querias
Ver dividida

É uma cova grande
Pra teu pouco defunto
Mas estarás mais ancho
Que estavas no mundo

É uma cova grande
Para teu defunto parco
Porém mais do que no mundo
Te sentirás largo

É uma cova grande
Para tua carne pouca
Mas a terra dada
Não se abre a boca.

João Cabral de Melo Neto